

**Documento Linha Base Área Focal 3:**

**Peru-Brasil Sur (Ucayali-Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil))**

**Comissão Pró-Índio do Acre**

**Documento de Linha Base Área Focal 3 - Rainforest Foundation**

**Projeto: Pacote Amazônico 2011-2015**

**Realização: Comissão Pro-Índio do Acre**

**Organização e Redação: Marcela Vecchione**

**Revisão: Maria Luiza Ochôa**

**Pesquisa: Marcela Vecchione e Maria Luiza Ochoa**

**Colaboração para seção índios isolados: Maria Emília Coelho, Lucas Manchineri e Nilson Sabóia Kaxinawá**

**Mapas e Informações Georreferenciadas: José Frank Silva e Billy Fequis Setor de Geoprocessamento/CPI-AC**

## Sumário

<b>Objetivo</b>	<b>4</b>
<b>Método</b>	<b>4</b>
<b>Parte 1</b>	<b>5</b>
<b>Situação Geral</b>	<b>5</b>
<b>A. Tema Político Administrativo</b>	<b>7</b>
<b>A.1.Localização e Características Geográficas</b>	<b>20</b>
<b>A.2.Divisões Administrativas e Geopolíticas</b>	<b>23</b>
A.2.1.Geopolítica e Divisão Regional do Acre	25
A.2.2.Descentralização e Divisão Geopolítica em Ucayali	27
A.2.3.Descentralização e Divisão Geopolítica em Madre de Dios	30
<b>A.3.Transporte</b>	<b>31</b>
<b>A.4.Hidrografia</b>	<b>33</b>
<b>A.5.População, Povos Indígenas e Territórios</b>	<b>34</b>
Acre	34
Madre de Dios	40
Ucayali	42
A.5.1. A Situação dos Índios em Isolamento Voluntário	46
<b>A.6.Cenário Político e Cooperação Regional</b>	<b>52</b>
A.6.1.Organizações e Associações Indígenas	54
A.6.2.Organizações Não-Governamentais	56
A.6.3.Organizações Governamentais e Cooperação Internacional	56
<b>B. Tema Sócio-Econômico</b>	<b>57</b>
<b>B.1.Desenvolvimento Social e Humano</b>	<b>57</b>
B.1.1.Educação	59
B.1.2.Saúde	64
<b>B.2.Atividades Econômicas e Sócio-produtivas</b>	<b>67</b>
B.2.1.O Petróleo na Dinâmica dos Atores Governamentais e Empresariais	70
<b>C. Conclusão</b>	<b>71</b>

## **Objetivo:**

O **objetivo** deste estudo focal da área A3, compreendendo a fronteira Acre-Ucayali, e as regiões de fronteira nas imediações do rio Purus e do Alto Acre, na fronteira Acre-Madre de Dios, é mostrar o cenário socioambiental na região em 2011. É necessário para isso apontar os atores governamentais e não-governamentais, bem como as políticas que desenham a região. Igualmente importante é detectar os projetos de organizações e comunidades que irão compor este cenário, contrabalançando as grandes obras de infra-estrutura e empreendimentos de desenvolvimento, que são peças-chave para pensar a gestão ambiental sustentável tanto para Acre-Ucayali como para Acre-Madre de Dios.

A idéia é ter uma radiografia da região para identificar os pontos críticos e aqueles de oportunidade existentes atualmente a fim de buscar e verificar o impacto do Pacote Amazônico. Tal avaliação é importante para também detectar as oportunidades de cooperação entre organizações parte do projeto.

## **Método**

Este estudo se baseou amplamente em fontes secundárias, relacionadas a documentos das organizações envolvidas na primeira fase do Pacote Amazônico. É importante notar que parte destes documentos não era relativa apenas a projetos e relatório de resultados, mas também a convênios, atividades em conjunto, memórias e depoimentos de populações envolvidas na cooperação para a manutenção da integridade dos territórios, dentro da lógica de promoção da sociobiodiversidade. Isto obviamente se caracteriza como fonte secundária, mas expressa o caráter qualitativo e participativo da construção destas fontes, o que muda o conteúdo das informações fornecidas revelando sua ligação com o impacto sentido por aqueles que construíram boa parte dos documentos consultados.

Neste sentido, cabe notar que boa parte das informações relativas aos povos indígenas no Acre foi retirada dos etnomapeamentos e planos de gestão nos quais a Comissão Pró-Índio ofereceu assessoria e das próprias informações advindas dos indígenas com os quais a organização trabalha. Grande parte das informações sobre a situação socioambiental na Área Focal 3 não poderia ser adquirida se não por esta relação de aproximação em atividades que vem sendo realizadas desde 1979.

Partindo das relações e espaços políticos construídos entre organizações, associações e grupos indígenas do lado brasileiro e peruano, os documentos e sistematizações dos encontros do Grupo de Trabalho Transfronteiriço da Serra do Divisor e do Alto Juruá (GTT) foram de fundamental importância. Neste sentido, a presença da redatora em um dos encontros binacionais, em 2009, contribuiu e muito para a absorção de informação de fontes primárias, com a experiência de participação-observação e de pesquisa ativista (Hale, 2000).

Por fim, a organizadora e redatora do documento viajou a campo no Peru por alguns dias para entrevistar representantes e técnicos de organizações e associações que têm incidência em projetos-chave na área a fim de compatibilizar informações e de entender os pontos de vista frente às mudanças de perspectiva político-institucional com o câmbio de governo neste país e das possíveis conseqüências disso nas relações com o Brasil.

## Parte I: Situação Geral

Uma característica marcante da área focal 3 é a variedade de mosaicos de áreas protegidas e o fato desses estarem nos dois lados das fronteiras: Acre-Ucayali e Acre-Madre de Dios, com o estado do Acre aparece no centro deste desenho geográfico. Esta diversidade de áreas protegidas contínuas se reflete na sociobiodiversidade encontrada na área, que tem presença de cerca de 20 povos indígenas distintos, sendo que muitos transfronteiriços, como os Ashaninka e os Kaxinawá. Soma-se às comunidades indígenas já conhecidas na área, os índios isolados, que estão na região de Ucayali, na Reserva Territorial Isconahua, e também na região de fronteira Acre-Madre de Dios, na região dos rios Envira e Iaco, no Brasil, e do Las Piedras, Tahuamanu e Yanayacu, no Peru, nas Reservas Mascho Piro e Madre de Dios. Ademais das comunidades indígenas, há outras comunidades na região envolvendo mestiços, ribeirinhos, além dos comunitários que vivem nas reservas extrativistas do lado brasileiro.

Da mesma forma que é enriquecedora do ponto de vista ambiental, esta variedade de ordenamentos com relação à gestão ambiental e à diversidade cultural, política e social pode levar a dificuldades na resolução de problemas comuns na área focal como é a sobreposição de áreas com categorização legislativa distinta, bem como a sobreposição de áreas de concessão de exploração petrolífera e madeireira em territórios protegidos ou próximos às unidades de proteção integral. Este é o caso da Zona Reservada da Serra do Divisor com lotes de exploração de hidrocarbonetos já licitados em seu território, antes de se tornar uma área protegida. Neste caso, configura-se especialmente o lote 138 da Pacific Stratus, que se sobrepõe à Reserva Territorial Isconahua para índios em isolamento voluntário. Na mesma região, mas do lado brasileiro, os estudos sobre exploração e prospecção de petróleo avançam próximos ao Parque Nacional da Serra do Divisor e às Terras Indígenas (TIs) Nawa e Nukini, no Alto Juruá. Quanto a primeira TI, a situação é particularmente preocupante, pois ainda está em processo de homologação, o que significa que ainda não se chegou a etapa final do processo de regularização, deixando mais aberta a possibilidade de exercício de atividade econômica próxima, ou mesmo no local, a depender do tipo de concessão autorizada.

No caso da Zona Reservada da Serra do Divisor, chama a atenção o conflito pela categorização, ainda em curso, para decidir qual será a tipologia ambiental que ordenará os 1.478.311,39 ha de uma das áreas mais sociobiodiversas do mundo. Em curso desde 2006, os interesses e atores são diversos neste processo influenciado e ameaçado por questões de expansão infra-estrutural como é o caso do projeto da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul, além de um embate entre conservacionistas e grupos indígenas e indigenistas. Dentro da reserva, há uma área destinada a indígenas em isolamento voluntário, a Reserva Territorial Isconahua, e mais outras duas propostas. Uma ao Norte da Zona Reservada, a proposta de RT Yavari-Tapiche e, outra, mais ao Oeste, proposta de RT Capanahua.

No caso da Terra Indígena Nawa, no Alto Juruá brasileiro, a mesma expansão de fronteiras econômicas, já sentida por eles e outros povos indígenas - como os Poyanawa e os Nukini - pela construção da estrada BR 364 entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, agora causa tensão com os estudos sísmicos e as já aprovadas concessões de Petróleo seguindo a linha de exploração Tefé-Juruá Sul. Todo este movimento não seguiu os mecanismos de consulta livre, prévia e informada tal qual a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário. Outra ameaça que surge é a da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul, que passaria pela província de Coronel Portillo, em Ucayali, e no Alto Juruá, no Acre. A estrada no Peru cortaria em seu traçado inicial a Reserva

Territorial Isconahua na Zona Reservada da Serra do Divisor e, no Brasil, passaria no limite do Parque Nacional da Serra do Divisor e de TIs tais como Nawa e Nukini.

Passando ao sul de Ucayali, chegando ao Norte de Madre de Dios, em área de fronteira com o estado do Acre, o mosaico contínuo na região de fronteira se estende, somando-se a territórios de comunidades nativas peruanas. Do lado brasileiro, ao sul do Parque Nacional da Serra do Divisor, também se estendem as áreas protegidas, mas de uso controlado como é o caso da Reserva Extrativista do Alto Juruá, e Terras Indígenas (TI), entre as quais a TI Kampa do Rio Amônia e a TI Ashaninka/Kaxinawa do Rio Breu e, mais ao sudeste, a TI Kampa Isolados do Envira.

Pelo lado peruano, na parte norte de Madre de Dios, estará a Reserva Territorial (RT) Murunahua, com a presença dos Murunahua e Chitonahua, que preocupa pelo constante avanço da atividade madeireira ilegal e das concessões florestais, além da pressão do petróleo, a pesar de a Petrobras não estar mais operando na área. Um pouco abaixo, ao sul do Acre, estarão a RT Mashco-Piro (sobrepota ao Parque Nacional do Alto Purus), a RT Madre de Dios (sobrepota ao Parque Nacional do Manu), mais ao sudoeste a RT Nahua-Kugapakori e a Reserva Comunal (RC) Amarakaeri.

A RT Mascho Piro e a RT Madre de Dios tem alto fluxo de isolados, principalmente no verão (julho, agosto e setembro), que se deslocam para caçar e buscar outros alimentos ao longo das praias formadas nos rios. A RT Mascho Piro está na fronteira com a TI Mamoadate, no Brasil, na região do rio Iaco. Nesta TI, índios detectaram por meio de seu mapeamento participativo as áreas de perambulação dos isolados e previram, por seu plano de gestão, um espaço para seu trânsito. Há relatos dos Manchineri na TI de que os Mascho Piro avançam do lado peruano, mais além da área que destinaram a seu trânsito devido à penetração de extração ilegal de madeira que, muitas vezes, vem acompanhada na abertura de suas estradas clandestinas do avanço do narcotráfico.

No Parque Nacional (PN) do Manu e na RT Madre de Dios, que é área reservada no Manu, a ameaça aos isolados se desdobra de maneira preocupante pelas atividades de turismo, pela mineração e atividade madeireira ilegais. Com relação a estas ameaças, episódios recentes nos rios Tahuamanu, em maio de 2011, e no Yanayacu, em outubro de 2011, envolvendo agentes de proteção indígenas feridos por isolados no primeiro caso mostram que estes povos se sentem acuados frente às pressões que lhes são impostas. Sobre isso, a Federação Nativa de Madre de Dios (FENAMAD), no território peruano, e em associação com a CPI-AC em áreas de fronteira, vem buscando incidir e pressionar pela formulação de políticas que possam proteger estes povos que transitam nas TIs mencionadas, além de no Parque Estadual do Chandless, que está na fronteira tanto com RT Mascho Piro como com a RT Madre de Dios.

No Acre, a preocupação com os isolados cresce, principalmente dada a complexificação da situação no rio Envira, mais precisamente no igarapé Xinane, onde atua a Frente de Proteção Etoambiental do Envira da Fundação Nacional do Índio (FPERE/FUNAI). Nesta área, que é de trânsito de isolados no Sudoeste Amazônico, estima-se a presença de entre 600 e 1000 índios não-contatados. Houve no Xinane em agosto deste ano de 2011 a ação do Exército e da Força de Segurança Nacional junto com a Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A variedade de Áreas de Proteção e Preservação (APP) no Acre representam **45,66%** da área total deste estado, que é de aproximadamente **16.422.136 ha**<sup>1</sup>. Em sua totalidade, as áreas de fronteira abrangem um mosaico de 43 áreas reservadas, que incluem 29 terras indígenas e 14 unidades de conservação, totalizando 7,8 milhões ha. Estes números chamam atenção novamente para como a vocação socioambiental deste estado e suas decisões em termos de política ambiental, aliadas e somadas aos planos de desenvolvimento nacional, podem impactar positivamente ou negativamente no que ocorrerá neste contínuo de Áreas Naturais Protegidas (ANPs) entre Ucayali e Madre de Dios. A expectativa é de que a Lei 2.308, sancionada em outubro de 2010 e que institui o Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais do Acre (SISA), juntamente com a lei de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), de 2007, possa servir como incentivo à incorporação de melhores práticas pelo governo peruano, sendo o Acre um modelo de valorização da diversidade socioambiental por mecanismos e práticas já institucionalizadas desde o início do ZEE.

Por seu turno, com a aprovação de Lei de Consulta Prévia (Lei 29785) no Peru, detalhando e regulamentando como e em que momento a consulta deve ser feita aos povos indígenas, espera-se que este processo legislativo possa estimular o governo brasileiro a fazer o mesmo com relação à regulamentação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Espera-se que o governo do Acre incorpore tais mecanismos na perpetuação da lei de criação do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) – Lei Estadual N.2.308 de 22 de outubro de 2010 - inclusive na formulação do sub-componente indígena para a aplicação de seus projetos de Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação (REDD).

### **Tema político e administrativo**

Em termos de espaço político e territorial, as áreas de fronteira do Acre, no Brasil, com os governos regionais de Madre de Dios e Ucayali, no Peru, fazem parte da área focal 3. A região envolve muitas áreas protegidas e a política e legislação ambiental regulando este espaço é de fundamental importância para como as relações sociais se desenvolverão, bem como para a observação dos índices socioeconômicos e as possibilidades de cooperação socioambiental.

#### **Áreas Protegidas:**

Nestas áreas de fronteira, pelo lado acreano, há nove terras indígenas com 1.255.083 habitantes e cinco unidades de conservação, a saber: Parque Nacional da Serra do Divisor, Parque Estadual do Chandless, Estação Ecológica do Rio Acre, Reserva do Extrativista do Alto Juruá e Reserva Extrativista Chico Mendes. Na fronteira com Ucayali, estão, por exemplo o Parque Nacional da Serra do Divisor, TI Kampa do Rio Amonia, TI Kashinawa/Ashaninka do Breu, TI Kampa Isolados do Envira. Na fronteira com Madre de Dios, está a TI Mamoadate, a Cabeceira do Rio Acre, a Estação Ecológica do Rio Acre, e uma parte pequena da RESEX Chico Mendes.

Pelo lado peruano, em Ucayali, está a parte central, sudoeste e sudeste da Zona Reservada da Serra do Divisor, área de proteção ambiental restritiva, onde estão a Reserva Territorial (RT) Isconahua e as propostas de RT Capanahua e Yavari-Tapiche (esta última já ao norte sendo parte da área focal 2). Há também a Área de Conservação Municipal de Águas Calientes no extremo oeste da Zona Reservada, ubicada na municipalidade provincial de Ucayali, já tendo uma parte compartilhada com Contanama-Loreto. Ainda em Ucayali, ao sul da região, está a RT Murunahua, onde estão Murunahuas e Chitonahuas, muito próximos à Comunidade Nativa de Dulce Glória e Tipischa.

---

<sup>1</sup> Fonte: Acre em Números, 2011.

Em Madre de Dios, também há uma variedade de áreas protegidas. Estão entre eles o Parque Nacional do Alto Purus, ao qual se sobrepõe a RT Mascho-Piro e a Reserva Comunal do Purus, e o Parque Nacional do Manu, ao que se sobrepõe a RT Madre de Dios. Há também a Reserva Territorial Nahua Kugakapori, que tem parte de seu território no departamento de Cuzco, e a Reserva Comunal Amarakaeri.

Neste sentido, é impossível não apontar no tema político e administrativo esta particularidade da quantidade de áreas naturais protegidas em ambos os lados da fronteira. No Brasil, estas áreas serão de administração federal ou estadual, embora suas localizações e tamanho contabilizarão na esfera municipal, ainda que sem efeito administrativo e de fiscalização direta. No Peru, as áreas estarão hora sob responsabilidade do governo central, quando for o caso de Zonas Reservadas, de Amortecimento ou de Reservas Territoriais, das próprias organizações indígenas ou comunidades nativas quando do caso de Reservas Comunais, com a possibilidade de o governo central concessionar planos de manejo, e de responsabilidade estadual quando da administração de concessões para atividades econômicas em áreas naturais de uso direto e, por fim, municipal quando da administração de parques municipais. Dessa maneira, é preciso observar quais são as províncias, os distritos e a distribuição populacional dessas localidades no Peru. A fim de traçar um mapa da área como um todo, os principais espaços de proteção na área focal principais e sua situação na área focal são:



País	Região/ Estado	Nome da área	Tamanho (ha)	Povos	Nº de comunidades (aldeias)	População total	Situação jurídica atual
Brasil	Acre	<b>Categorias de Terras</b>					
		<b>Terra Indígena</b>					
		Terra Indígena Mamoadate	313.647	Manchineri Jaminawa	15	1241	Registrada
		Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre	78.513	Jaminawa Manchineri	05	343	Registrada
		Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira	232.795	Ashaninka Isolados	08	358 Isolados ?	Registrada
		Terra Indígena Riozinho do Alto Envira (Xinane/Alto Muru)	260.970	Ashaninka Isolados	01	15 Isolados?	Área identificada em processo de reconhecimento
		Terra Indígena Alto Rio Purus	263.130	Kaxinawá Kulina (Madjá)	26	2279	Registrada
		Terra Indígena Jaminawa/Envira	80.618	Kulina (Madjá) Ashaninka	03	134	Homologada
		Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá	127.383	Kaxinawá	05	381	Registrada
		Terra Indígena Kulina do Rio Envira	84.364	Kulina	06	281	Registrada
		Terra Indígena Kulina do Igarapé do Pau	45.590	Kulina	04	158	Registrada
		Terra Indígena Kaxinawá Nova Olinda	27.533	Kaxinawá Kulina	04	370	Registrada

		Terra Indígena Kaxinawá do Seringal Curralinho		Kaxinawá	02	89	Em identificação
Brasil	Acre	Terra Indígena Kaxinawá do Igarapé do Caucho	12.318	Kaxinawá	04	561	Registrada
		Terra Indígena Kaxinawá/Katukina	23.474	Shanenawa Kaxinawá	07	1108	Registrada
		Terra Indígena Kaxinawá da Colônia 27	105	Kaxinawá	01	141	Registrada
		Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã	60.698	Kaxinawá	07	538	Registrada
		Terra Indígena Kampa do Igarapé Primavera	21.987	Ashaninka	02	30	Registrada
		Terra Indígena Alto Tarauacá	142.619	Isolados	indeterminado	Indeterminado. estima-se que haja trânsito de cerca de 300 Mascho Piro	Declarada/ Demarcada
		Terra Indígena Kaxinawá- Ashaninka do Rio Breu		Kaxinawá Ashaninka	06	765	Registrada
		Terra Indígena Jaminawa-Arara do Rio Bagé	28.926	Jaminawa-Arara	05	287	Registrada
		Terra Indígena Kuntunawa	-	Kuntunawa	02	400	Em identificação

		Terra Indígena Kampa do Rio Amônia	87.205	Ashaninka	01	450	Registrada
		Terra Indígena Arara do Rio Amônia	20.764	Arara	01	385	Em identificação
		Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá	87.571	Shawãdawa	08	617	Registrada
		Terra Indígena Campinas/Katukina	32.624	Katukina	06	531	Registrada
		Terra Indígena Jaminawa do Igarapé Preto	25.652	Jaminawa Jaminawa-Arara	04	211	Registrada
		Terra Indígena Poyanawa	24.499	Poyanawa	02	563	Registrada
		Terra Indígena Nukini	27.264	Nukini	03	700	Registrada
		Terra Indígena Nawa		Nawa Arara Nukini Jaminawa	03	380	Reconhecida
		<b>Parques Nacionais e Estaduais – Unidades de Conservação de Proteção Integral</b>					
		Parque Nacional da Serra do Divisor	782.942 (parte norte sobreposta a TI Nawa)	522 famílias residentes			Situação fundiária em revisão de limites legais da área. Plano de Uso Público elaborado
		Parque Estadual do Chandless	695.303	–			Situação fundiária definida, mas com plano de manejo e zoneamento em elaboração
	<b>2 Acre</b>						

<sup>2</sup> As referências sobre terras indígenas foram retiradas da publicação *Povos Indígenas no Acre*, Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansur, Rio Branco: FEM, 2010 e complementadas pela publicação *Acre em Números 2011*, Secretaria de Estado de Planejamento do Governo do Estado do Acre: 2011.

		<b>Estação Ecológica</b>					
		Estação Ecológica do Rio Acre	77.500	-	-		Registrada com zona de amortecimento ultrapassando os limites fronteiriços com o Peru, estendendo-se à cabeceira do Rio Acre no país vizinho. Plano de manejo de 2006.
		<b>Reserva Extrativista</b>					
<b>Brasil</b>	<b>Acre</b>	Reserva Extrativista do alto Juruá	538.492	850 famílias, aproximadamente e 5.280 habitantes			Criada por Decreto Federal 98.863 de 23/01/90 possuindo plano de utilização e com plano de manejo em elaboração
		Reserva Extrativista Chico Mendes	903.203 (sendo que cerca de 10% está na área focal)	1800 famílias em toda a área da reserva			Criada por Decreto Federal 99.144 em 12/03/90 possuindo plano de utilização e com plano de manejo em elaboração

País	Região/ Estado	Nome da área	Tamanho (ha)	Povos	Nº de comunidades (aldeias)	População total	Situação jurídica atual
Peru	Ucayali	Categorias de Terras					
		Reserva Territorial					
		Proposta de Reserva Territorial Kapanahua (Oeste Zona Reservada da Serra do Divisor)		Kapanawa			Proposta solicitada
		Reserva Territorial Isconahua (Sul Zona Reservada da Serra do Divisor)	275,665	Presença estimada de 300 indígenas Isconahuas da família Pano			Criada em 1998 mediante Resolução diretiva Regional 00201-98-CTARU/DRA-OAJ. Em 2006, é sobreposta pela Zona Reservada da Serra do Divisor

		Reserva Territorial Nahua Kungakapori (parte em Ucayali e parte em Cuzco)	456,672.75	Nahua Nanti Kungakapori			Possibilidade de revisão na condição de intangibilidade pelo INDEPA sob pressão do Ministério de Minas para liberação da prospecção e exploração controlada de petróleo. Isto tornaria legal a sobreposição do lote 88 da Pluspetrol. Foi criada em 1990 pela Resolução Ministerial N° 046-90AG/DGRAAR de 14/02/1990. A modificação de sua situação legal para fins de exploração de petróleo e gás ocorreu pelo Decreto Supremo N° 028-2003-AG, de 25/07/2003
		Reserva Territorial Murunahua	481,560	Murunahua Chitonahua			Reconhecida e criada por resolução regional de número 189-97, emitida pelo CTARU/DRA de 01/04/1997. A resolução foi modificada em 1999 por outra resolução N° 453-99-CTAR-UCAAYALI-DRSA de 24/09/1999
		Proposta de Reserva Comunal Yuruá					Proposta
		<b>Zona Reservada</b>					

		Zona Reservada Serra do Divisor	1.478.311,39				Criada em 14 de abril de 2006 por resolução ministerial R.M. Nº 0283-2006-AG com construção de Comissão de Categorização em 23 de junho de 2006.
		Comunidades Nativas nas Proximidades da Reserva Isconahua <sup>3</sup>					
		Flor de Ucayali	1413	Shipibo-Conibo	310		Inscrita em 1986 e titulada em 1988
		Calleria	4034	Shipibo			Titulada
		Patria Nueva	3052	Shipibo			Titulada
		Nueva Saposoa	5600	Shipibo			Titulada
		San Mateo		Ashaninka	45		Titulada em 1998 (Sobreposição com Unidade Militar de Assentamento Rural 3 Cantagallo)
		San Francisco		Shipibo-Conibo	200 famílias		Registrada em 1975 no Registro de Comunidades Nativas e Camponesas do Peru
		Dulce Gloria		Ashaninka			
		Sawawo Hito 40		Ashaninka			

<sup>3</sup> As fontes de informação para a produção da parte da tabela referente a Ucayali foram várias, a saber:

		Nome da área	Tamanho (ha)	Povos	Nº de comunidades (aldeias)	População total	Situação jurídica atual
		<b>Categorias de Terras</b>					
		<b>Reserva Territorial</b>					
<b>Peru</b>	<b>Madre de Dios</b>	Reserva Territorial Madre de Dios	829,941 ha	Mascho Piro Yine Amahuaca			Criada em abril de 2002 pela Resolução Ministerial 0427-2002-AG
		Reserva Territorial Mascho Piro	768,848 ha	Mascho Piro e outros não identificados			Criada e incorporada ao Parque Nacional do Alto Purus quando o mesmo deixou de ser Zona Reservada. A área foi criada em 2004 da criação do Parque Nacional pelo Decreto Supremo 040-2004
		<b>Parques Nacionais</b>					



		Parque Nacional do Alto Purus	2.510.694,41 ha (uma parte do Parque está no departamento de Ucayali caracterizando o aspecto de mosaico de proteção ambiental da A3)				Criado em 18 de novembro de 2004 pelo decreto supremo D.S. Nº040-2004-AG.
		Parque Nacional do Manu	1.716 295,22 ha (uma parte do parque está no departamento de Cuzco)	Presença de índios em isolamento voluntário			Criado em D.S. Nº644-73-AG com modificação em julho de 2002 pelo decreto supremo D.S. Nº 045-2002-A
<b>Comunidades Nativas</b>							
		Puerto Luz					Reconhecida
		Boca Inambari					Reconhecida
		Diamante					Reconhecida

		Shipeteari					Reconhecida
		Shintuya					Reconhecida
		Santa Rosa de Huacharía					
		Shiringaya					
		Monte Salvado					Reconhecida Comunidade com Posto de Controle para a Reserva Territorial Madre de Dios
		Tipishka					
		<b>Reserva Comunal</b>					

Peru	Madre de Dios	Reserva Comunal do Purus	202 033.2 há	No entorno, há comunidades Ashaninka, Haramkbut e Shipibo			Criada pelo Decreto Supremo D.S Nº040-2004-A
		Reserva Comunal Amarakaeri	402.335.62 ha	No entorno da comunidade vivem comunidades Yine, Matchiguenga e Haramkbut			Criada pelo Decreto Supremo 031 de 2002

## A1. Localização geográfica e características geográficas

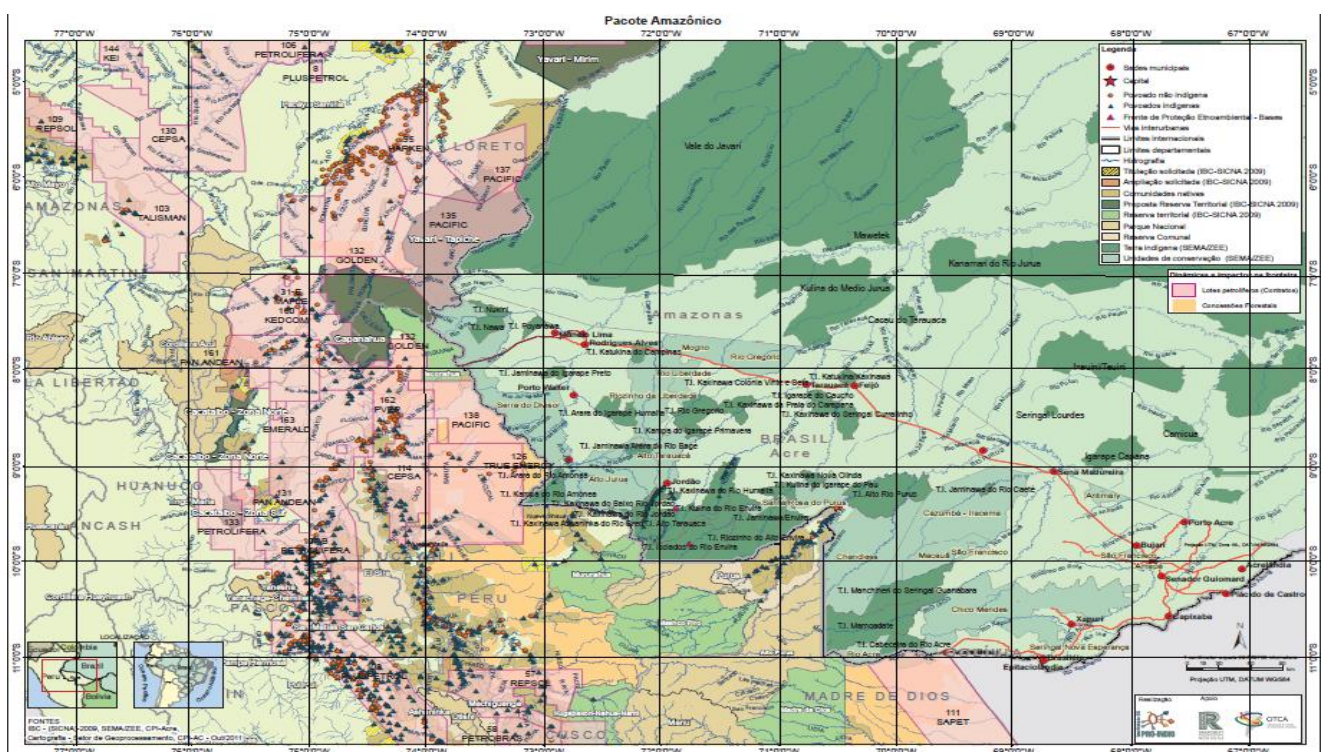
Como apontado na introdução, a Área focal 3 concentra duas grandes áreas de fronteira, quais sejam, a fronteira Acre-Ucayali e Acre-Madre de Dios. Tendo o estado do Acre como um vértice geográfico para observar a área fronteiriça, de forma geopolítica é importante também notar que há a divisa entre dois departamentos importantes em termos de área de conservação na Amazônia e em sua passagem para a área de selva alta e andina, Ucayali e Madre de Dios, respectivamente. Nesse contexto o Acre se encontra entre as latitudes de 07°07S e 11°08S, e longitudes de 66°30 W e 74°WGr no sudoeste da Amazônia brasileira. Para o lado mais ocidental possui uma fronteira internacional de 2.183 km<sup>4</sup>.

A fim de ilustrar as coordenadas geográficas para sua posterior inserção em questões socioambientais e políticas, é relevante observar no mapa como as linhas apontadas acima se situam. Tais informações serão particularmente interessantes para os trabalhos vindouros que indígenas estão realizando sobre fiscalização e vigilância em suas terras. As coordenadas geográficas são interessantes para sobreposição com os mapas mentais bem como para a produção de mapas temáticos a partir de atividades de mapeamentos participativos e elaboração dos planos de gestão territorial. Sendo assim, o mapa da área focal é composto pelas seguintes coordenadas geográficas:

A oeste, entre as coordenadas de longitude 67°0'0"W e 77°0'0"W Gr

Ao sul, entre as coordenadas de latitude 5°0'0"S e 12°0'0"S

Sendo assim, o mapa da área focal com as coordenadas é o seguinte:



Mapa 1: Área Focal 3 em seus limites com Área Focal 2, comunidades indígenas, áreas naturais protegidas e bacias hidrográficas.

<sup>4</sup> Fonte: Verbete Geografia do Acre, disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia\\_do\\_Acre](http://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_do_Acre), acessado em 17 de janeiro de 2012.

Em termos geológicos, no Acre, a principal unidade geotectônica é a Bacia do Acre, limitada pelo Arco de Iquitos, no Peru, a Leste e ao Norte, e pela Faixa Andina, a Oeste e a Sul. A forma como a bacia sedimentar amazônica se apresenta no local é sob sedimentos pouco consolidados da era Cenozóica (Fonte: ZEE, 2006:40).

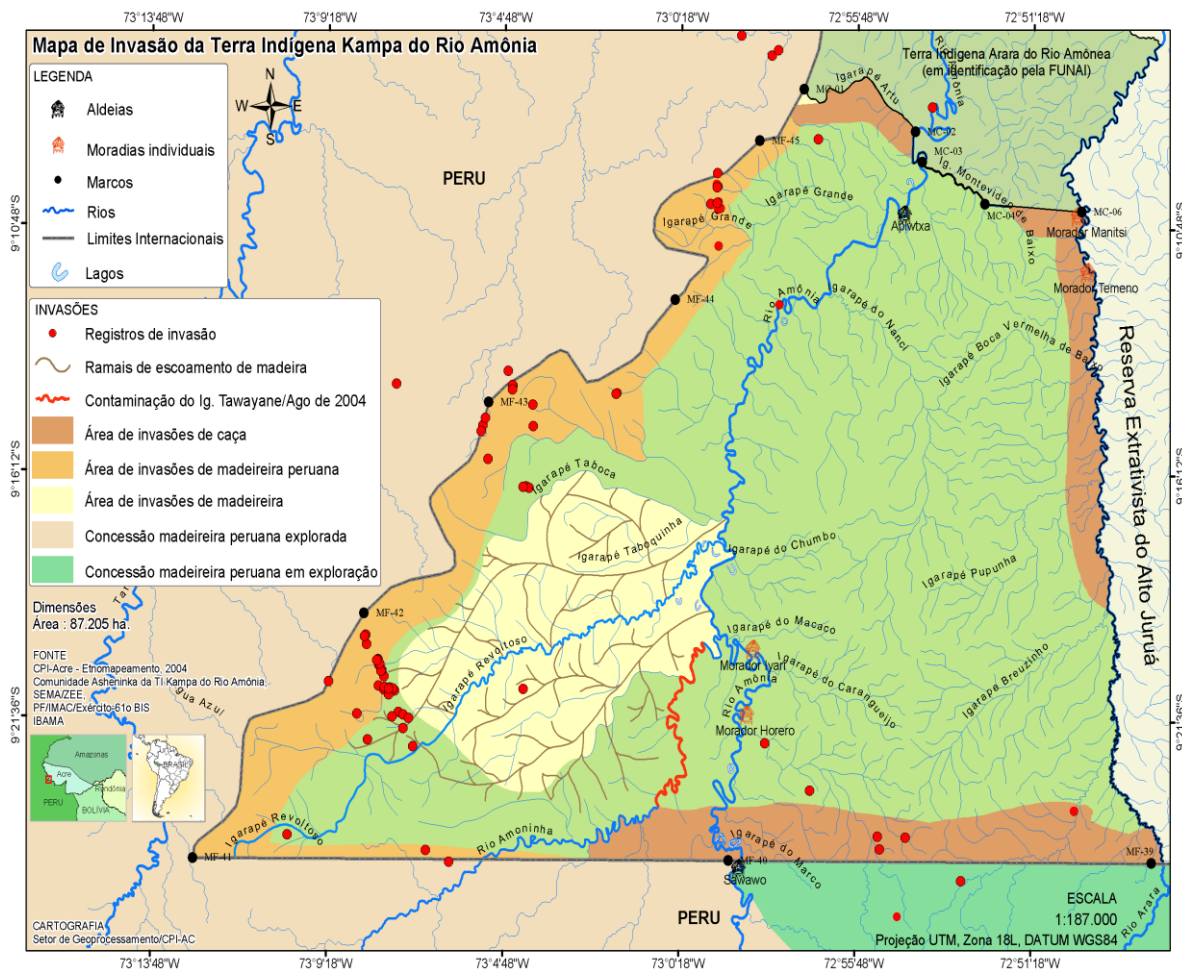
O tipo de relevo é a chamada planície amazônica com algumas depressões como a Endimari-Abunã, a depressão do Iaco-Acre, a de Rio Branco, depressão do Juruá-Iaco e a depressão do Tarauacá-Itaquai. Há ainda a depressão marginal da Serra do Divisor, a superfície tabular de Cruzeiro do Sul e os planaltos residuais da Serra do Divisor. Pelo lado peruano, o relevo se assemelha ao acreano, com regiões mais montanhosas nas áreas mais próximas ao departamento de Cuzco e com a Serra do Divisor, dentro da Reserva Isconahua, como relevo mais alto da área.

Em seu aspecto hidrográfico, a área é abastecida pelas bacias do rio Purus e Acre, bacia do Juruá, Abujao, Tamaya e Ucayali. Discute-se contemporaneamente a gestão sustentável integrada dos recursos hídricos da região na Bacia do Rio Acre. Esta iniciativa começou com o MAP, grupo de pesquisa e de mobilização por políticas públicas ambientais integradas em Acre-Madre de Dios-Pando.

### *Biodiversidade*

No tocante à biodiversidade, a região de Tambopata, em Madre de Dios, já foi considerada a de maior biodiversidade na Amazônia. Na área, pesquisadores apontam que existe a maior diversidade de seres vivos do bioma floresta amazônica dada a extensão contínua de mata propícia à sobrevivência e reprodução de fauna e flora no planeta. Já em 2002, com a publicação da Enciclopédia da Floresta, pelos antropólogos Mauro Almeida e Manuela Carneiro da Cunha, seguido de algumas publicações em revistas científicas, o Alto Juruá passou a ser apontado como área de maior variedade de espécies do planeta, com a presença de 616 espécies diferentes de aves, sendo pelo menos seis delas raras e outras duas praticamente novas para os estudos ornitológicos.

A região do Alto Juruá também abriga o Parque Nacional da Serra do Divisor, que é vizinho à área natural protegida no Peru, a Zona Reservada da Serra do Divisor. Para o Governo do Acre, por exemplo, a região do Alto Juruá é tida como prioritária para a proteção da sociobiodiversidade. De acordo com o Zoneamento Econômico e Ecológico, a área merece atenção especial, dada constantes instabilidades ambientais provocadas pelas constantes invasões de madeireiros, quando não, a própria invasão, tal qual ocorrida em 2004 e 2011 na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, vizinha ao Parque Nacional (ver Anexo B e Mapa 2). Dessa forma, a preservação da biodiversidade local depende também da articulação entre os povos que habitam a região há muitos anos, já que a forma como se integram e protegem a floresta vai garantir que não haja expansão de atividades madeireiras, só para citar um exemplo. Como destacam os antropólogos, é importante notar que esta biodiversidade, em muito preservada, deve-se não só as condições ecossistêmicas naturais da região, mas também as complexas relações sociais com a floresta, com seu cultivo e extrativismo, praticado por extrativistas, indígenas e ribeirinhos há mais de 100 anos, o que também contribui para a provocação desta diversidade (Almeida e Cunha 2002).



Mapa 2: Invasão Madeireira da Terra Kampa do Rio Amônia (Ashaninka)

O Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) ao mencionar o Índice de Diversidade de Unidades de Paisagem - método utilizado para verificar e ordenar em espaços as variedades de ecossistemas no Acre em uma dada paisagem medida de acordo com uma área geográfica – coloca a cidade de Cruzeiro do Sul, principal cidade do Alto Juruá, como a mais diversa do estado, com mais de 236 paisagens distintas em seu território administrativo. Na região, pode se encontrar, por exemplo, os tipos de vegetação Floresta Tropical Densa e Floresta Tropical Aberta com palmeiras. É comum encontrar também estas paisagens na bacia do Abujao, em Ucayali, no Peru.

Como a região é rica em biodiversidade, há algumas espécies encontradas apenas no local, contudo em condição de vulnerabilidade. Os tracajás (*Podocnemis unifilis*) e os jabutis (*Geochelone denticulata*) são uma destas. Além disso, há as espécies em extinção tal qual apontando pela CITES (Convention on International Trade in Endangered Species – Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies em Extinção), como a Ariranha (*Pteronura Brasiliensis*) e o Tatu Canastra (*Priodontes Maximus*).

Na mesma região do Juruá, no lado peruano, mais especificamente na Bacia do Abujao, que irriga a Zona Reservada da Serra do Divisor, inventário biológico do Field Museum de Chicago reporta a existência de mais de 18 espécies de primatas. Entre estes, está o mico leão dourado e o Titi de Goeldi, ambos em risco de extinção pela lista de Espécies Ameaçadas da Fauna Silvestre Peruana<sup>5</sup>.

<sup>5</sup>Lista aprovada pelo Decreto Supremo N 034-2004-AG publicado em 22 de setembro de 2004. Informação retirada do estudo *Conservación, Industrias Extractivas y Reservas Indígenas El Proceso de Categorización de la Sierra del Divisor*.

## **A2. Divisões administrativas e geopolíticas**

Para falar de como a área focal 3 se divide de forma administrativa, seu desenho geopolítico não pode ser deixado de lado. Fator premente influenciando em como a geografia e a política local se ligam está em que a maior parte da área é de fronteira ou de faixa de fronteira e se encontra na floresta tropical amazônica, na qual Peru e Brasil são os dois países territorialmente predominantes neste ecossistema. Esta questão faz com que as unidades administrativas no Peru e no Brasil levem a fronteira em consideração ao elaborarem suas políticas externas para o Estado, e estados vizinhos (entre estes casos estão as políticas sub-nacionais de integração Acre-Madre de Dios e Acre-Ucayali). A fronteira deixa de ser simplesmente linha de separação entre unidades políticas, passando a realidade geográfica e política para a elaboração de políticas públicas e para a conformação das regiões administrativas nesta área de Amazônia Sul Ocidental.

Pelo Brasil, que é uma República Federativa, as unidades políticas no país são os chamados estados da união. Constitucionalmente, a estes estados é conferida autonomia para a elaboração de suas políticas internas desde aquelas referentes à educação e saúde até aquelas relacionadas à segurança pública. Entretanto, como todos os 27 estados estão baixo o pacto federativo a fim de garantir a unidade nacional, questões de política externa, em suas mais diversas vertentes incluindo a da segurança nacional, são de responsabilidade e prerrogativa do governo federal. A questão é que como o país é extenso e possui áreas extensas de fronteira em regiões supostamente mais difíceis de serem monitoradas pelo Plano Nacional de Fronteiras, atualmente alguns estados estão recebendo a prerrogativa de serem núcleos dinamizadores de política externa e de política de fronteira. Este é o caso do Acre que, só com o Peru, na extensão territorial referente à Área Focal 3, possui mais de 1550 km de fronteira.

Como visto na tabela resumida apresentada no início do documento, no Acre, há seis categorias de terras diferentes que implicam em diferentes normas de regulação e, logo, de negociação com o governo central e regional peruano para o gerenciamento do território. Não que o Governo Federal Brasileiro ou governo do estado do Acre precisem de autorização das instâncias do governo central ou regional peruano para definir suas legislações e zoneamentos territoriais. No entanto, para que a eficácia da gestão territorial e dos projetos de desenvolvimento possa ocorrer, é necessária a articulação destas políticas. Mais recentemente, no nível estadual, articulações binacionais estão sendo alcançadas. Todavia, ainda há problemas de coordenação entre políticas públicas de regionalização, especialmente no que diz respeito aos efeitos diretos em comunidades, que parecem estar em segundo plano na articulação das políticas de gestão territorial ligadas à integração infra-estrutural.

No entanto, cabe lembrar que no Brasil as comissões de fronteira para as questões de integração regional estarão articuladas no nível federal em um consórcio entre os Ministérios da Justiça, da Indústria e Desenvolvimento, do Planejamento e das Relações Exteriores, além do próprio gabinete da Presidência da República. A partir deste consórcio, o Acre é apontado como um núcleo dinamizador de fronteira que dará mais autonomia ao Estado para incentivar cooperação transfronteiriça, principalmente em nível comercial e econômico com os países vizinhos, Peru e Bolívia. Com o Peru, a já existência da Rodovia Interoceânica ou Estrada do Pacífico (BR 317), acabou mesmo tornando o estado do Acre um ponto geográfico fundamental nas divisões administrativas do Brasil para as relações com o primeiro país e com outros países da América do Sul, tal qual o Chile, que teria relações otimizadas com o Brasil via a ligação com o Peru. Algumas regiões do Acre já são e serão ainda mais impactadas com a definição do Acre como núcleo dinamizador.

Ao tocar neste ponto, é importante ressaltar que Peru e Brasil - já estando o Acre como núcleo dinamizador - firmaram acordo bilateral para o estabelecimento de Centros Binacionais de Atenção em Fronteira (CEBAF), como parte de uma política de desconcentração das políticas nacionais de ação em fronteira em prol de maiores ações em conjunto com os departamentos, províncias e distritos de fronteira<sup>6</sup>. Na mesma época de formação desta comissão em nível regional no Peru, formou-se pelo governo brasileiro, a partir de articulação coordenada diretamente pela presidente Dilma, a Comissão de Fronteira, coordenada pelo vice-presidente Michel Temer. Uma das ações da comissão, que deverá ser observada nas assimetrias geradas com as áreas contíguas em outros países dentro do entendimento da fronteira como uma área social é a idéia de criar projetos de assentamento nas áreas. A concepção é a de que com pessoas vivendo e trabalhando nos projetos de desenvolvimento e integração a segurança aumentaria, com diminuição da ilegalidade.

Incluindo o Acre nesta tendência pode ser dito que o estado tem buscado sua inserção internacional e regional trazendo como diferencial em sua política a idéia de um potencial aglutinador em termos de uso sustentável dos recursos naturais e de localização geopolítica estratégica na Amazônia. Isto reaviva um potencial pan-amazônico, que atualmente ganha força também no Peru, em mecanismos de cooperação entre sociedade civil, governos nacionais e regionais na forma do Conselho Interregional Amazônico (CIAM). É importante apontar o CIAM nas divisões geográficas e políticas, pois tendo dois departamentos em sua conformação que estão presentes na área focal 3 e que são fundamentais para a estabilidade ecológica e socioambiental da Amazônia - Ucayali e Madre de Dios – a idéia de integração destes departamentos a outras áreas amazônicas e a outras regiões peruanas ameniza os efeitos da centralização política do país.

Ainda neste desenho de fronteira em seus efeitos em administração política é importante notar que nos quase 1565 km de fronteira com o Peru no Oeste acreano, desde Santa Rosa até Rodrigues Alves, está o limite com o departamento de Ucayali. A maioria dos municípios próximos a esta faixa de fronteira têm sede próxima a rodovia federal BR 364, estando desta forma na direção oposta a fronteira. Por consequente, as cidades e vilas na fronteira terão população mais reduzida em seu território, já que estão na direção oposta a estas sedes administrativas municipais, as quais representam áreas mais urbanizadas. Ainda que as sedes dos municípios estejam afastadas das fronteiras em si é relevante frisar que pela legislação brasileira, segundo o Decreto n 85.064, de 26 de agosto de 1980, ratificado pela Constituição Federal de 1988, faixa de fronteira é a extensão de terra localizada de até 150 km de largura ao longo das fronteiras terrestres.

Neste sentido, quase toda a extensão territorial do Acre é parte de faixa de fronteira e seus 22 municípios fazem parte dela integral ou parcialmente. Dada esta classificação, a criação de terras indígenas e de unidades de conservação na faixa de fronteira passou a ser submetida a assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional, desde 2003. Por isso mesmo, atualmente a dinâmica de índios isolados que está implicando em estudos para a criação de novas terras indígenas com uso restrito a esta população perpassa por troca de informações com as forças armadas, a polícia federal e setores responsáveis da FUNAI, que faz parte da estrutura do Ministério da Justiça.

---

<sup>6</sup>Na ótica desta política de descentralização da Direção de Desenvolvimento de Fronteira do MINRE, os departamentos passaram a ter mais liberdade para articular com os atores subnacionais em suas áreas de influência política estratégias para desenvolvimento em área de fronteira, tal qual a Comissão Regional de Desenvolvimento de Fronteira (CRDF) em Ucayali, de caráter consultivo permanente, reunindo membros do empresariado e do governo local.



No Peru, com a entrada do governo Humala, uma comissão de fronteira no nível do governo central está sendo montada. No que diz respeito à área focal, já estava em operação antes mesmo da posse do novo governo central a Comissão Regional de Desenvolvimento de Fronteira (CRDF), pelo governo regional de Ucayali, a fim de incrementar as relações comerciais com o estado do Acre. Ainda que mais concentrada em esforços de cooperação bilateral empresarial, a comissão representa institucionalmente uma via para traçar o diálogo em questões de ordenamento territorial para zonas de desenvolvimento que afetam concomitantemente Brasil e Peru, especialmente Ucayali e Peru. A comissão é particularmente interessante, já que sendo o Peru um governo centralizado, permite maior articulação em nível regional forçando descentralização para relações bilaterais neste âmbito.

No âmbito da articulação regional, o governo de Madre de Dios sempre veio cooperando com o governo do Acre via iniciativa MAP, pela qual troca de experiências em gestão de recursos naturais e em articulação regional para a formação de cidades gêmeas no compartilhamento de infra-estrutura ocorre. Ademais, junta-se a isso esquemas para o monitoramento do avanço de queimadas em regiões de fronteira e das variações climáticas aliadas a alterações ecossistêmicas. Cidades como Puerto Maldonado e Assis Brasil e Pucallpa e Cruzeiro do Sul guardam entre si estratégias de conexão e semelhanças ecológicas e econômicas que dão margem ao planejamento de atividades de ordenamento territorial que podem favorecer a região como um todo.

#### **A.2.1 Geopolítica e divisão regional do Acre**

Dentro da idéia da criação de núcleos dinamizadores de fronteira no Brasil, as regiões do Alto Juruá e do Vale do Rio Acre são as mais diretamente influenciadas já que representam boa parte da área de fronteira. Dessa forma, cabe colocar quais são aquelas regiões e mesorregiões acreanas a fim de visualizar como será conformada administrativamente e geograficamente a área focal em sua parte brasileira:

<b>Mesorregiões e regionais<sup>7</sup></b>	<b>Municípios</b>	<b>Proporção ao território total do Acre</b>
Mesorregião Vale do Acre <sup>8</sup>		<b>47,69</b>
Regional Purus	Manoel Urbano Santa Rosa do Purus Sena Madureira	24,67
Regional Alto Acre	Assis Brasil Brasiléia Epitaciolândia Xapuri	9,69

<sup>7</sup> Os dados desta tabela e sua própria configuração foram retirados e inspirados na publicação oficial da Secretaria de Estado de Planejamento do Acre “Acre em Números 2011”, que contribui com informações oficiais sobre o estado desde sua configuração demográfica e geográfica até seus índices de desenvolvimento humano.

<sup>8</sup> Dentro desta mesorregião está também a regional Baixo Acre, que corresponde a 13,4 % da área do estado. Contudo, é importante ressaltar o porquê de não estar em destaque na tabela que se refere ao fato de não pertencer a área focal 3.

<b>Mesorregião Vale do Juruá</b>		<b>52,10</b>
Regional Juruá	Cruzeiro do Sul Mâncio Lima Marechal Thaumaturgo Porto Walter Rodrigues Alves	19,51
Regional Tarauacá-Envira	Feijó Jordão Tarauacá	32,59

Alguns municípios guardam especial importância nesta estrutura regional de organização no que concerne a atividades em áreas de gestão ambiental contígua com participação e protagonismo indígena, principalmente na regional Juruá e na regional Alto Acre. São estes:

<b>Município/Regional</b>	<b>Área</b>	<b>População Indígena</b>	<b>População Total<sup>9</sup></b>
Assis Brasil/ Alto Acre	497.663,26	1459	6072
Santa Rosa do Purus/Alto Acre	614.026,44	2.789	4.691
Cruzeiro do Sul/Juruá	788.150,00	689	78.507
Marechal Thaumaturgo/Juruá	770.060,00	1449	14.227
Mâncio Lima/Juruá	550.223,04	1.620	15.206
Porto Walter/Juruá	645.313,64	541	9.176
Jordão/Tarauacá-Envira	536.064,01	2.384	6.577
Tarauacá/Tarauacá-Envira	407.847,09	2.241	35.590
Feijó/ Tarauacá-Envira	2.796.380,27	2.642	32.412

Com esta divisão de municípios em regionais, o governo do Acre, em cooperação com agências e bancos internacionais e nacionais de desenvolvimento, teve a aplicação do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (Proacre) com seu posterior zoneamento e ordenamento territorial facilitado. Aliando isso à regionalização do território para maior eficácia do monitoramento dos índices de desenvolvimento humano e formulação de políticas públicas de desenvolvimento local e regional foram estabelecidas as Zonas de Atendimento Prioritário (ZAPs) e Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZED), identificadas pelo ZEE. Por este tipo de organização, os municípios listados recebem políticas dirigidas às suas potencialidades e problemas mais evidentes. Os mapeamentos participativos de Terras Indígenas, bem como os planos de gestão territorial nestes municípios são contemplados pela política do ZAP. Entretanto, as áreas mais beneficiadas são aquelas que estão próximas a BR 364, que envolve principalmente os municípios de Feijó e Tarauacá.

<sup>9</sup> Os dados desta tabela foram extraídos das publicações “Acre em Números 2011” e “Povos Indígenas no Acre”, Rio Branco, Fundação Elias Mansur:2010.

Em âmbito mais geral, há uma tentativa de integração liderada pela Secretaria de Meio-Ambiente e Secretaria de Planejamento do governo do Acre para disseminar e contribuir com as experiências do Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE). Esta disseminação vem se institucionalizando em um intercâmbio com o Conselho Interregional da Amazônia (CIAM) para que as práticas do zoneamento possam ser implementadas na Amazônia dentro do Plano de Desenvolvimento Nacional, que prevê a “zonificación” como estratégia de desenvolvimento regional e descentralização planejada.

### **Descentralização e Divisão Geopolítica em Ucayali**

Iniciativas de descentralização e coordenação como as do CIAM têm sido abraçadas pelos governos regionais de Madre de Dios e de Ucayali. Em Ucayali, o governo regional que passou por mudanças em 2011, com a reeleição do presidente regional Jorge Velazquez Porto Carrero, ainda que sob denúncias de repressão a imprensa local que o criticou por suposto beneficiamento do setor madeireiro, esta tentativa é patente. Em seu governo, a aproximação com o governo do Acre se estreitou especialmente para fins de fortalecimento de estratégias de comércio binacional, o que envolve o esforço por meio do governo regional para ter aprovada pelo governo nacional os estudos e a concessão de construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul. Para esta estrada, tanto o governo nacional como o regional vem exercendo forte pressão. Pela macro-zonificação do departamento de Ucayali e seu Plano Base de Ordenamento Territorial as províncias são:

<b>Província</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Distritos<sup>10</sup></b>	<b>População Indígena</b>	<b>População Total</b>
Atalaya	3.892.443	Raimondi (Atalaya) Tahuanía (Bolognesi) Sepahua (Sepahua) Yurua (Breu)	14.890	39.572
Coronel Portillo	3.681.586	Calleria (Pucallpa) Campoverde (Campo Verde) Iparia (Iparia) Masisea (Masisea) Yarinacocha (Puerto Callao) Nueva Requena (Nueva Requena) Manantay (San Fernando)	36.430	328.744
Padre Abad	882.25	Padre Abad (Aguaytía) Irazola (San Alejandro) Curimaná (Curimaná)	2.234	46.017
Purus	1.784.775,9	Purus (Purus)	1.678	3.618

<sup>10</sup> Para os propósitos deste estudo, cabe ressaltar que Yurua, Calleria, Masisea e Purus são distritos de fronteira.

Além da divisão política vigente em território nacional entre províncias e distritos. A partir de estudo de categorização realizado em 2007 pelo Governo Regional de Ucayali (GOREU) e pelo Ministério das Minas e Energia do Peru para posterior zoneamento da província, foram criados os sub-espacos dentro do departamento. Os espacos são criados para fins de mapeamento estrutural a fim de projeção de posteriores atividades de desenvolvimento regional e de saneamento físico e ambiental. Alguns estão diretamente implicados para as atividades e diagnósticos da Área Focal 3 (A3 a partir de aqui). Abaixo, estão listados todos os sub-espacos e aqueles com as províncias e distritos em destaque são os mais diretamente incidentes na A3:

<sup>11</sup>**Sub-espaco NORTE:** Na província de **Coronel Portillo**, envolve os distritos de **Callería**, Campo Verde, Nueva Requena, Curimaná e parte de **Masisea**. Em Padre Abad, estão os distritos de Padre Abad e Irazola. No Baixo Ucayali, estão as localidades de San Alejandro, Aguaytía, **Callería** (importante para a A3 devido à dinâmica de índios isolados), Utiquinía e Abujao (fundamental para as relações transfronteiriças entre comunidades indígenas nas imediações da Serra do Divisor, seja pelo Brasil com os Nukini e Nawa, ou no Peru, com os Ashaninka da Comunidade Nativa San Mateo). Cabe destacar a crescente e diversa ocupação territorial neste sub-espaco dados os fluxos migratórios de outros departamentos peruanos, tais quais San Martin, Huánuco, Junín e Pasco. As migrações se devem principalmente à expansão de atividades econômicas na Amazônia. A primeira onda destes movimentos populacionais esteve ligada à produção de coca ligada ao narcotráfico, com a abertura da estrada Fernando Basadre em direção à Selva Alta. Atualmente, os fluxos estão mais relacionados à outorga de concessões florestais e à titulação de terras. É o sub-espaco Norte que concentra a maior parte dos habitantes de Ucayali, com 350,004 pessoas, entre os quais 60% se declaram mestiços. O principal eixo articulador deste espaco é a Federico Basadre, que vai ligar o mercado regional ao nacional e internacional, via Porto Callao. O espaco em torno da estrada concentra 90 % do sistema de estradas vicinais que se ligam a esta que é a única rota nacional passando por Ucayali. Além disso, cabe destacar no sub-espaco a presença dos rios Ucayali, San Alejandro, Aguaytía, Callería, Utiquinía e Abujao, este último com papel definitivo na integração com o Brasil, na região da Serra do Divisor.

**Sub Espaco Sul Occidental:** compreende os distritos de Atalaya, Sepahua y Tahuania, na província de Atalaya, e de Iparía, em Coronel Portillo. No que se relaciona ao Alto Ucayali, que é parte da A3, as atividades do sub-espaco Sul-Occidental podem ser importantes, especialmente por sua proximidade e intersecção com Área Focal 2.

---

<sup>11</sup> As informações sobre os sub-espacos foram retiradas do documento oficial *Caracterización del Departamento de Ucayali, con fines de Ordenamiento Territorial*, Convênio Interinstitucional Ministério de Minas e Energia e Governo Regional de Ucayali, 2007.

**Sub Espaço leste de fronteira:** envolve a **província do Purus** e os distritos de **Masisea**, em Coronel Portillo, e Yurua, na província de Atalaya. Este espaço é um dos mais importantes para as relações políticas, ambientais e sociais da A3 no que se refere a fronteira Acre-Ucayali. É configurado pelas bacias do Purus, do Juruá e do Tamaya, entre os quais estão grandes áreas naturais protegidas como o Parque Nacional do Alto Purus, a área de conservação regional Murunahua-Tamaya, onde está a Reserva Territorial Murunahua para índios em isolamento voluntário. Nesta região, há muitas comunidades indígenas e é interessante notar como os documentos oficiais peruanos destacam que sua população é completamente rural, isolada e a associação disso com analfabetismo e pobreza. Há no espaço dois povoados importantes **Esperanza** e **Breu** (onde está sediada a associação ACONADYSH), que possuem função de capitais distritais. O Sub Espaço Leste de Fronteira é caracterizado como área de fronteira, possuindo baixa infra-estrutura social, a que se soma ainda problemas relacionados ao corte ilegal de madeira e a pressão sobre índios em isolamento voluntário. O transporte para a área é basicamente fluvial por meio de barcos com motor peque-peque, principalmente pelos rios Purus, Juruá e Tamaya, e seus afluentes, que são navegáveis apenas em época de chuvas. A articulação entre o povoado do Breu e o povoado do Purus pode ser feita também por via aérea. Interessante é também notar que nesta divisão geopolítica o Brasil é apontado como influência negativa nesta área de fronteira, tendo cidadãos provenientes de seu lado da fronteira responsabilizados pela degradação ambiental, principalmente via mineração e corte ilegal de madeira nas imediações dos rios Tamaya, Abujao, Utuquinía e Calleria.

***Representação indígena na política formal em Ucayali:***

Em sua maioria, os distritos em Ucayali terão como lideranças políticas indivíduos ligados a interesses econômicos locais. Com a madeira despontando como principal atividade econômica e norteadora do conteúdo político e de organização territorial na região, lideranças estarão em maior ou menor escala envolvidas com o setor. Uma exceção interessante em termos de demografia e configuração política se delinea na localidade do Breu, parte do distrito do Yurua, na província de Atalaya. Neste lugar, uma articulação política interessante se conforma dentro da ACONADYSH, com a possibilidade de uma liderança Ashaninka da localidade do Breu, da Comunidade Dulce Glória, candidatar-se a alcade, contando com forte apoio da comunidade local.

## Descentralização e Divisão Geopolítica em Madre de Dios

Em Madre de Dios, a mudança do presidente regional também está facilitando a aproximação a modelos de zoneamento territorial com ênfase em temas sociais e com a peculiaridade de aproximação à temática indígena. A mudança de presidência trouxe para o posto Luis Aguirre Pastor. O presidente regional do recém formado Bloco Popular assumiu a posição com o compromisso de organizar e conduzir a gestão pública departamental de maneira a gerar desenvolvimento sustentável baseado em equilíbrio socioambiental. O câmbio de perspectiva no departamento, fortemente afetado pela mineração ilegal e pelos impactos de avanços de empreendimentos infra-estruturais tais como a finalização da estrada do Pacífico (BR317), vinda do Brasil, e a construção da hidrelétrica de Inambari, aproximou do presidente organizações fundamentais na proteção dos direitos dos povos indígenas e na promoção de seu desenvolvimento integral, como a FENAMAD, para um diálogo que antes era senão complicado, inexistente. Exemplos tem se dado com a firma de compromisso histórico entre governo e povos indígenas para que os últimos tivessem mais participação nas decisões sobre questões que os afetam, o reconhecimento da existência dos índios isolados e da problemática que os afeta na Reseva Territorial Madre de Dios e Mascho Piro e a declaração desta última reserva, onde habitam além dos Piro, os Yine e os Amahuaca, como patrimônio cultural do departamento.

Como departamento mais novo no Peru, Madre de Dios conta com fronteiras com dois países distintos, Brasil e Bolívia, e tem em seu território o trânsito entre a área andina e a área de floresta Amazônica. É o departamento que mais recebe migrantes de outras regiões do Peru, que se dirigem à região pela possibilidade de empregos na mineração. A divisão política deste departamento é a seguinte:

<b>Província</b>	<b>Distritos</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>População Total</b>	<b>População Indígena</b>
<b>Tambopata</b>		<b>3.626.849</b>	<b>78.523</b>	
Capital Puerto Maldonado				
	Tambopata	2.221.856	60.214	1216
	Inambari	425.682	8038	264
	Las Piedras	703.221	5491	301
	Laberinto	27.609	4780	-
<b>Manu</b>		<b>2.783.517</b>		
	Manu	816,665	2645	1359
	Fitzcarrald	1.095.529	1263	245
	Madre de Dios	723.481	9404	1060
	Huepetehue	147.842	6978	-
<b>Tahuamanu</b>		<b>2.119.688</b>		
	Iñapari	1.485.366	1288	
	Tahuamanu	379.390	2739	
	Iberia	254.932	6715	
<b>Total:</b>		<b>8.530.054</b>	<b>112.814<sup>12</sup></b>	<b>46%</b>

<sup>12</sup> Fonte: INEI, Compendio Estadístico Madre de Dios: 2009. Nota: Ver-se-á uma diferença entre a soma das populações totais das províncias e a população total de Madre de Dios. Isto ocorre porque a população total das províncias está baseada na população recenseada em 2009 e a população total do departamento de Madre de Dios está baseada na população absoluta de acordo com o Registro Nacional de Identidade Estadual Civil (RENIEC). A população recenseada em Madre de Dios é de 109.555 habitantes.

### **A.3. Transporte**

O acesso às sedes municipais e aos grandes aglomerados urbanos no Estado do Acre atualmente é feito via dois grandes eixos de comunicação rodoviária; a BR 364 e 317. A BR 364 que, na verdade, corta e cobre a Amazônia Sul-Occidental vinda desde Cuiabá, no Mato Grosso, teve o trecho entre a cidade de Rio Branco e a cidade de Cruzeiro do Sul terminada em agosto de 2011. Já a BR 317 que também se estende desde o meio Oeste brasileiro até Rio Branco, onde se transforma em Estrada do Pacífico, rumo à fronteira com Peru, em Iñapari, teve seu trecho até a fronteira terminado, transformando-se em Rodovia Interoceânica Sur, em 2009. Implementada por meio da iniciativa IIRSA com aportes do BNDES e do Banco Mundial, a estrada representa a integração viária entre Brasil e Peru e a realização de um dos processos da iniciativa para a integração sul-americana, mediante a integração da área Amazônica com os principais portos no Atlântico e Pacífico Sul.

Em termos da Área Focal 3, a BR 317 vai criar uma via de contato e, também, de impacto entre e para as comunidades do Vale do Rio Acre, criando uma ligação direta entre Rio Branco-Puerto Maldonado-Cuzco. Há uma linha de ônibus que sai diariamente de Rio Branco a Puerto Maldonado e, daí, a Cuzco. Há também linhas de ônibus que chegam até Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasiléia, em regiões de tríplice fronteira:

#### **Rodovia Real Norte**

<b>Trecho</b>	<b>Valor</b>	<b>Horários</b>
<b>Rio Branco-Assis Brasil</b>	<b>R\$ 40,00</b>	<b>8:00 e 16:00</b>
<b>Rio Branco-Epitaciolândia/Brasiléia</b>	<b>R\$ 40,00</b>	<b>9:00 e 18:00</b>

As estradas rodoviárias realmente se expandem como via de interconexão entre as cidades da área focal. Como a Interoceânica Sur, a BR 364 que conecta hoje o Alto Juruá a Rio Branco e a outras estradas em outras partes do Brasil e da região Sul-Occidental da Amazônia, também pretende ser uma via de conexão com o Peru. Isto ocorreria pela construção de nova estrada unindo Cruzeiro do Sul a Pucallpa. O plano ainda é um projeto, mas está em escala de interesse alta, principalmente pelo governo nacional peruano que pressiona para a construção da estrada. Grupo de estudos sobre a Estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul da Iniciativa para a Conservação da Amazônia Andina aponta que os impactos de tal via seriam altos já que o traçado original passa ou pela Zona Reservada da Serra do Divisor, mais especificamente pela Reserva Territorial Isconahua para índios em isolamento voluntário ou pela Bacia do Abujao, cortando a Comunidade Nativa San Mateo. O interesse é principalmente de empresários do departamento de Ucayali e do governo nacional, que buscam integrar o departamento a outras rotas comerciais com o Brasil de maneira mais rápida. Igualmente, há o interesse da parte de empresários da região de Cruzeiro do Sul. Hoje em dia, para ligar de forma rodoviária Rio Branco a cidade de Cruzeiro do Sul há serviços de táxi fretados, no esquema de lotação, e uma via de ônibus diária, qual seja:

#### **Rodovia Real Norte**

<b>Trecho</b>	<b>Valor</b>	<b>Horários</b>
<b>Rio Branco-Cruzeiro do Sul</b> <sup>13</sup>	<b>R\$101,60 (único trecho)</b>	<b>7:00 e 19:00</b>

<sup>13</sup> O trecho até Cruzeiro do Sul compreende parada nos municípios da margem da BR 364 (Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó e Tarauacá)

## **Aeroportos**

Há quatro principais aeroportos na Área Focal 3. Há o aeroporto internacional Plácido de Castro em Rio Branco, o aeroporto internacional de Cruzeiro do Sul, o aeroporto internacional de Puerto Maldonado e o aeroporto internacional de Pucallpa.

O aeroporto de Rio Branco está localizado nas coordenadas geográficas 09° 52' 08", S 067° 53' 53', W e o aeroporto de Cruzeiro do Sul nas coordenadas 07°35'58", S 072°46'10", W As empresas de aviões comerciais atuantes neste aeroporto são:

<b>Empresas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Origem</b>	<b>Programação</b>	<b>Tipo de Aeronave</b>
<b>Gol</b>	3	Fortaleza, Belém, Manaus e Porto Velho	Diário	Boeing 737-700
		Brasília	Diário	Boeing 737-700
		Cruzeiro do Sul	Diário	Boeing 737-700
<b>TAM</b>	2	Brasília	Diário	Airbus A-320
<b>TRIP</b>	2	Cruzeiro do Sul e Manaus e Porto Velho	2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª	ATR
<b>TRIP</b>	3	Belo Horizonte e Porto Velho	Diário	Embraer 170 <sup>14</sup>

Além dos aeroportos, há também os aeródromos no estado do Acre. Estes aeródromos vão atender às cidades menores que, normalmente, vão ser pontos de base para as viagens às aldeias indígenas do estado, as quais em sua maioria não podem ser acessadas por estradas e ramais. São os aeródromos registrados:

<b>Município</b>	<b>Coordenadas Geográficas</b>	<b>Dimensões da Pista</b>	<b>Condições Operacionais<sup>15</sup></b>	<b>Vôos</b>
Jordão	09° 11' 22" S, 071° 56' 49" W	1.000x18	VFR Diurna	3 vezes na semana/Frete
Manoel Urbano	08° 50' 57" S, 069° 15' 59" W	1.000x15	VFR Diurna	3 vezes na semana/Frete
Marechal Thaumaturgo	08°57'34" S, 072° 46'47" W	1.000x18	VFR Diurna	2 vezes na semana de Cruzeiro do Sul (CZ)/Frete
Porto Walter	08°16'18" S, 072°44' 43" W	1.000x18	VFR Diurna	2 vezes na semana de CZ/Frete
Santa Rosa do Purus	09°26'47" S, 070° 28' 58" W	600x18	VFR Diurna	3 vezes na semana de Rio Branco/Frete

Além dos aeródromos comerciais registrados, há aqueles já homologados pela Infraero, autoridade aérea brasileira, e administrados pelo Governo Estadual:

<sup>14</sup> Fonte: *Acre em números 2011*: 93 retirado de *Infraero* – informações referentes a Jan/2011.

<sup>15</sup> Fonte: Deracre, 2011. Nota: VFR Regra de vôo visual



<sup>16</sup> Município	Coordenadas Geográficas	Dimensões da Pista	Condições Operacionais	Vôos
Assis Brasil	10°55'52" S, 69° 34" 01"W	1.200x30	VFR	2 vezes na semana/Frete
Feijó	08°08'31,03 S, 70° 20'33,59"W	1.200x24	VFR Diurna	3 vezes na semana/Frete
Tarauacá	08°57'34" S, 072°46' 47"W	1.100x23	VFR Diurna	2 vezes na semana/Frete
Xapuri	10°39' 53,53" S 68° 29' 06,03" W	1000x14	VFR Diurna	2 vezes na semana/Frete

### ***Puerto Maldonado***

A cidade de Puerto Maldonado conta com um aeroporto internacional, o Padre José de Aldamiz. O aeroporto está localizado a 12° 36'49" Sul e 069° 13'43" a Oeste. A operação no aeroporto se dá por aproximação de instrumentos de precisão e por regra de vôo visual.<sup>17</sup>

Há dois vôos diários da LAN Peru desde Puerto Maldonado até Lima, um com escala em Cuzco e outro direto. Além desse há outros vôos diários, um da Star Peru e, outro, da TACA. Desde Lima até Puerto Maldonado há vôos da TACA, terças e quintas-feiras, além de sábado e domingo. Pela Star Peru, há vôo diário com escala em Cuzco e, pela Lan, dois vôos diários, sendo um com escala e, outro, direto.

### ***Pucallpa***

A cidade de Pucallpa conta com um aeroporto internacional, o Capitán Rolden. Este está localizado 8° 22' 40" Sul e 74° 34'27" Oeste. Desde Lima a Pucallpa, há dois vôos diários da LAN Peru. Pela Star Peru, também há dois vôos diários. De Pucallpa a Lima, há um vôo diário da LAN e um da Star Peru. Esta última companhia também realiza vôos pela noite a Pucallpa nas terças e quintas-feiras e sábados e domingos.

## **A.4.Hidrografia**

Um dos principais potenciais de transporte na A3 é sua hidrografia. Os rios são os principais eixos de ligação entre os povoados mais afastados das capitais. Entretanto, no período de verão amazônico, muito dos afluentes ficam mais difíceis de serem navegáveis. Este é o caso, por exemplo, dos rios Amônia e Breu, que tem grande importância para ligar comunidades transfronteiriças com outras áreas, mas que tem sua navegabilidade reduzida entre julho e setembro.

No Acre, as bacias mais importantes são as do Juruá, Purus e Rio Acre. O Juruá vai desaguar no Amazonas, sendo um importante tributário deste rio, e o Purus será um afluente da margem direita do rio Solimões. Todos os dois rios nascem no Peru. A bacia do Juruá tem conexão importante com toda a região de Ucayali, bem como parte da bacia do Purus também. O Alto Rio Acre também terá ligação importante com o Peru, já que sua cabeceira está neste país, assim como a do Envira, por onde transitam os isolados em época de seca pela área do Humaitá. O Alto Rio Acre

<sup>16</sup> Fonte: Deracre, 2011.

<sup>17</sup> Fonte: Ministério dos Transportes do Peru, disponível em [www.mtc.gob.pe](http://www.mtc.gob.pe).

terá ligações importantes também com o Rio Yaco, Chandless pela fronteira Acre/Madre de Dios e divisa Madre de Dios/Ucayali.

Em Ucayali, o eixo central da rede hidrográfica do departamento é o rio Ucayali, que se forma pela confluência do rio Tambo e do rio Urubamba, na altura da localidade de Villa Atalaya, capital da província de Atalaya. O rio Ucayali continua seu curso nesta região até confluir com o rio Marañón, formando o rio Amazonas. Estudos de caracterização da região de Ucayali mostram que a rede hidrográfica é de fundamental importância para o desenvolvimento, não só pela quantidade de água disponível (2 bilhões de metros cúbicos, que representa 26% da água corrente do país), mas também em relação ao papel que desempenha como meio de comunicação e transporte. Esta comunicação permitirá o desenvolvimento de atividades econômicas nos povoados às margens dos rios e também o contato com outras áreas.

#### **A.5. Populações, Povos indígenas e Territórios.**

Como já dito na introdução deste estudo, uma questão marcante na área focal 3 é a intersecção de áreas ambientais protegidas e terras indígenas não só nos territórios brasileiros e peruanos em si, mas também nas região de fronteira entre os dois países. Esta característica vai marcar a existência de uma diversidade etnolingüística e social também entre os povos que habitam e constituem a área.

Um aspecto histórico que pode ser apontado nas áreas de fronteira entre Brasil e Peru, e bem especificamente entre a área de fronteira brasileira com o Peru que compreende o Acre são os fluxos imigratórios de indígenas de outras áreas não fronteiriças para a região de fronteira. Este movimento também chamado de “Frente Indígena” por especialistas em imigração na Amazônia apontam para a “mobilidade indígena como sendo uma das principais características nas zonas de fronteira da Bacia Amazônica” (ZEE, 2006:249). Esta mobilidade diz muito respeito a duas questões centrais; uma relativa a um movimento transfronteira e outra relativa ao movimento dentro da Amazônia. A primeira se relaciona ao fato de que muitas das famílias que se encontram na fronteira estão separadas por esta linha política que define o território político dos países fazendo com que o trânsito seja uma atividade constante e parte das próprias dinâmicas familiares. Isto ocorre muito entre os Ashaninka da comunidade Apiwtxa, no Brasil, e os Ashaninka da comunidade Sawawo Hito 40, no Peru, e os Ashaninka da comunidade Dulce Glória, na região do Breu peruano, e os Ashaninka da TI Ashaninka/ Kaxinawá do rio Breu, do lado brasileiro. A segunda se relaciona ao fato de que as obras de infra-estrutura e a expansão de atividades econômicas na Amazônica, inclusive modificando a própria dinâmica territorial, estão atraindo cada vez mais grupos, inclusive indígenas para estas áreas contíguas e menos ocupadas que caracterizam as faixas de fronteira.

Para tanto, será importante fornecer em números qual é a população que vive na Área Focal 3, seu componente indígena e sua relação com os territórios ocupados, de maneira já legalizada (homologada ou titulada) ou não. A dimensão de proporção entre população rural e urbana também será importante neste sentido de ser comentada a fim de que os padrões citados no parágrafo anterior possam ser demonstrados. Por fim, será importante colocar a dinâmica de alguns territórios ainda por definir na área ou em andamento para a definição de seus planos de gestão territorial que influenciam tanto na dinâmica demográfica como na dinâmica política da área.

#### ***Acre***

Grande parte das terras indígenas no Acre é reconhecida e demarcada. Com exceção de algumas terras que ainda estão em processo de homologação, não há conflitos abertos como havia

ainda no princípio da década de 90 para a demarcação das terras. Da mesma forma, com a quase extinção dos esquemas de patronagem com os donos de seringal, não há mais a dependência econômica que existia que acabava por deixar o indígena com muito pouca autonomia em suas terras. Contemporaneamente, na fase em que os indigenistas e indígenas do Acre chamam de *tempo de direitos*, a luta em relação ao território é com relação a lidar com os impactos do desenvolvimento regional que tem muitas vezes como manifestação as grandes obras de infraestrutura e o avanço de atividades econômicas em escala, como é o caso do gado ou da exploração de madeira.

Neste sentido, no tempo de direitos os indígenas fazem valer o artigo 231 e 232 da Constituição Federal em que eles tem autonomia sobre a gestão dos recursos naturais em seu território para sua sobrevivência. A fim de que esta sobrevivência seja definida e vivenciada de acordo com o entendimento do espaço a partir da lógica indígena e de suas necessidades cotidianas enquanto grupo social, antes mesmo da definição do ZEE como instrumento de política pública de desenvolvimento com equilíbrio socioambiental, já eram feitos no Acre os etnomapeamentos das terras indígenas. Estes mapeamentos que, na verdade, são processos participativos da comunidade com parceiros de organizações ou do governo que vão à terra indígena trabalhar com a comunidade servem para mapear a comunidade com a comunidade e entender e construir o território- até mesmo discutindo necessidades de mudar a relação com o mesmo - a partir da sustentabilidade da própria comunidade. Esta relação e participação foi incorporada como política pública pelo Estado do Acre a partir do ProAcre e do ZEE e é chamada de Plano de Gestão em Terras Indígenas (PGTI).

Na A3,a CPI trabalhou com comunidades para mapeamento participativo de 08 Terras Indígenas em área de fronteira e seus posteriores planos de gestão. Ficou definido que pelo Plano Plurianual seriam refeitos os mapeamentos e feitos os planos de gestão para mais quatro terras: Nawa, Jaminawa-Arara do Bagé, Arara do Igarapé Humaitá e Nukini. A terra Nawa, por exemplo, ainda passa por problemas de homologação e de definição de seu território total devido a problemas com a dimensão de trânsito de seu povo e do alto grau de miscigenação na TI. Esta TI se localiza superposta ao Parque Nacional da Serra do Divisor e está, portanto, em área de faixa de fronteira com a bacia do Abujao, no Peru. Seguem as TIs e suas distribuições populacionais por municípios.

Município	Terra Indígena	Povo	População	Aldeias	Extensão (ha)
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	284	04	78.513
		Manchineri	59	01	
Assis Brasil e Sena Madureira	Mamoadate	Manchineri	937	10	313.647
		Jaminawa	304	05	
Sena Madureira	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	92	01	Parte da TI Mamoadate
	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166	01	
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	158	03	
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Rio Purus	Kaxinawá	1.411	12	263.130
		Kulina	868	14	
Santa Rosa e Feijó	Riozinho do Alto Envira	Isolados			260.970
		Ashaninka	15	01	
Feijó	Jaminawa/Envira	Ashaninka	134	03	80.618

	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	358	08	232.795
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	381	05	127.383
	Kulina do Rio Envira	Kulina	281	06	84.364
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina	158	04	45.590
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	310	03	27.533
		Kulina	60	01	
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	84	02	
	Katukina/Kaxinawá	Kaxinawá	467	03	23.474
		Shanenawá	641	04	
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	561	04	12.318
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	141	01	105
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	538	07	60.698
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	30	02	21.987
	Rio Gregório	Yawanawá	493	07	187.400
	Alto Tarauacá	Katukina Isolados	77	01	
Feijó e Jordão					142.619
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	1.249	20	87.293
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	521	08	8.726
	Kaxinawá do Seringal independência	Kaxinawá	221	04	14.750
Jordão e Marechal Thaumaturgo	Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá	695	05	31.377
		Ashaninka	70	01	
Marechal Thaumaturgo	Jaminawa-Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	287	05	28.926
	Kuntunawa	Kuntunawa	400	02	-
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	01	87.205

	Arara do Rio Amônia	Arara	385	01	20.764
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Shawãdawa	617	08	87.571
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	531	06	32.624
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa- Arara	171 40	03 01	25.652
Mâncio Lima	Poyanawa	Poyanawa	563	02	24.499
	Nukini	Nukini	700	03	27.264
	Nawa	Nawa	380	03	
Totais: 11	35	15+ isolados	16.288	186	2.439.695

Em relação à distribuição populacional, no momento de apresentação da situação geral da A3, bem como no dimensionamento da divisão política do Estado do Acre por regiões e municípios, pode se perceber que a maior parte das TIs está na região da bacia do Juruá e nas mesorregiões abastecidas por esta. Nesta área, percebeu-se grande urbanização nos últimos anos dado o asfaltamento da BR 364 até Cruzeiro do Sul. O padrão de ocupação modificou ao redor da estrada, bem como a dinâmica das próprias comunidades indígenas, que hoje estão mais próximas das estradas e das práticas da cidade. Até mesmo assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em regiões bem próximas à fronteira, como o de Rodrigues Alves, sofreram mudanças em sua conformação e na relação com o território, com o aumento do desmatamento, da criação de gado e dos conflitos por limite de terras. Dinâmica parecida ocorreu também com aqueles municípios e TIs próximos a BR 317, ainda mais com sua transformação em Estrada Interoceânica, o que chamou a atenção de madeireiros que mais facilmente poderiam abrir ramais para o corte de madeira, bem como de mineradores. Além, obviamente, da própria comunidade indígena e da comunidade rural que se sente mais inclinada a migrar aos centros urbanos próximos à estrada. Dessa maneira, cabe observar a proporção população urbana e rural do lado acreano. Vale chamar a atenção para a necessária relação entre esta tabela e a anterior para situar as populações indígenas nos municípios e sua proporção

#### População Residente por município da A3 no Acre e Taxa de Urbanização<sup>18</sup>

Município	2010			
	Total	Urbana	Rural	(%) Taxa de Urbanização
Acre	733.559	532.279	201.280	72,56
Assis Brasil	6.072	3.700	2.372	60,94
Brasiléia	21.398	14.257	7.141	66,63
Cruzeiro do Sul	78.507	55.326	23.181	70,47

<sup>18</sup>

Fonte: Acre em Números 2011.

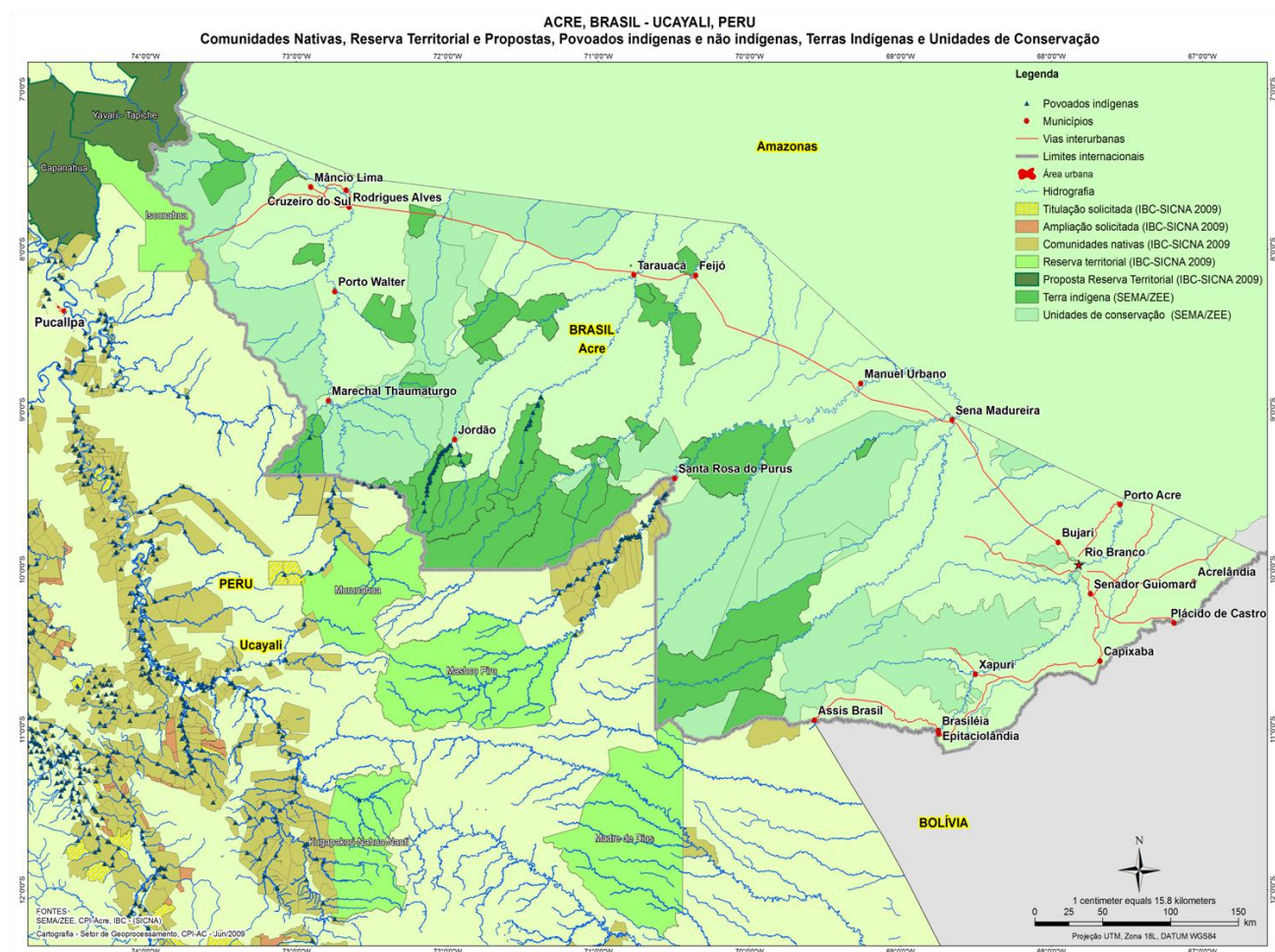
Epitaciolândia	15.100	10.618	4.482	70,32
Feijó	32.412	16.636	15.776	51,33
Jordão	6.577	2.272	4.305	34,54
Mâncio Lima	15.206	8.750	6.456	57,54
Manoel Urbano	7.981	5.278	2.703	66,13
Marechal Thaumaturgo	14.227	3.969	10.258	27,90
Porto Walter	9.176	3.323	5.853	36,21
Rodrigues Alves	14.389	4.315	10.074	29,99
Santa Rosa do Purus	4.691	1.892	2.799	40,33
Sena Madureira	38.029	25.112	12.917	66,03
Tarauacá	35.590	19.351	16.239	54,37
Xapuri	16.091	10.330	5.761	64,20

Em perspectiva com a A3, com a concentração populacional em todo o estados e a dinâmica indígena na área focal pode se situar o Acre da seguinte forma. A população total do Acre em 2010 era de 733.559 pessoas. Sendo que 532.279 pessoas estão em área urbana e 201.280 estão em área rural. Ao **leste do estado do Acre**, desde Santa Rosa do Purus ate Rodrigues Alves, no Alto Juruá, os municípios serão limítrofes ao departamento de Ucayali, com 148.902 habitantes<sup>19</sup>. A maior concentração populacional na área de fronteira com Ucayali está em Cruzeiro do Sul, que possui 78.507 habitantes, com 23.181 pessoas vivendo em área rural, o que no censo acreano exclui a população indígena. Nesta cidade de maior concentração de pessoas no Alto Juruá, a população indígena é de 689 habitantes distribuídos em 10 aldeias diferentes. O município com maior quantidade de indígenas na mesorregião do Vale do Juruá é Feijó, que dos seus 32.412 habitantes, possui 2642 indígenas, incluindo Ashaninka, Kampa, Kulina, Madjá, Apurinã, Kaxinawa, Shanenawa, Kulina, Jaminawa e Yawanawa. Entretanto, os municípios que mais próximo estão de região de fronteira com incidência de projetos da CPI-AC é Marechal Thaumaturgo, que com 14227 pessoas, possui 1449 indígenas, entre Ashaninka, Arara, Jaminawa, Kaxinawa, Arara Apolima, e Jordão com 6577 habitantes, sendo 2384 indígenas, todos Kaxinawa.

Na fronteira com Madre de Dios, pelo lado brasileiro, está o município de Assis Brasil. Localizado na cabeceira do Rio Acre, a cidade tem 6.072 habitantes, sendo 1459 indígenas, entre Jaminawa, Manchineri, Kaxinawa, Yawanawa e Shanenawa. Boa parte da TI Mamoadate e Cabeceira do Acre fazem parte deste município. Contudo, há também o município de Sena Madureira, que embora mais longe da fronteira, e sendo área de influência da BR 364, já rumo ao Alto Juruá, engloba uma parte da TI que será fundamental nas dinâmicas transfronteiriças com o departamento de Madre de Dios. Este município terá 38.029 habitantes, sendo destes 661 indígenas entre 661 Kaxarari, Jaminawa, Apurinã, Manchineri, Kampa.

<sup>19</sup> Fonte: IBGE, Censo 2008.

A fim de visualizar a A3 pelo lado acreano, com as TIs que tem incidência do projeto Pacote Amazônico, seguem o mapa da fronteira Acre Ucayali com aparecimento da TI Mamoadate na fronteira com Madre de Dios:



Mapa 3: Fronteira Acre-Ucayali com povoados indígenas e não-indígenas e especificações de áreas urbanas no Acre

### Representação Indígena na Política Formal no Acre

No Estado do Acre, há diretamente ligada ao gabinete do governador Tião Viana a Assessoria Especial dos Povos Indígenas (AEPI). No comando desta, está atualmente José Yube Kaxinawá, da TI Praia do Carapanã. A AEPI trabalha com orçamento destinado aos projetos com comunidades indígenas, sendo que a maior parte destes está incluída na rubrica do Programa Integrado de Desenvolvimento Social Sustentável do Estado do Acre, para atendimentos a Zonas de Atendimento Prioritário.

Além de José Yube, há outras lideranças políticas fortes em Rio Branco que lutam pelos direitos indígenas. Na luta pela educação superior indígena e sua ligação com questões de soberania alimentar e territorial, figura a professora e coordenadora da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), Francisca Arara Oliveira. Na luta pelos direitos socioambientais e monitoramento de programas como o ProAcre, está Josias Maná Kaxinawá, coordenador da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre (AMAAIAC).



### **Madre de Dios**

A dinâmica territorial em Madre de Dios e a influência sobre como sua população se desloca e ocupa o território, atualmente, estão bastante ligadas à expansão de projetos de infra-estrutura e de atividades econômicas- principalmente mineração - em seu território. Estes fatores trazem um padrão de migração, bem como de urbanização em pequenos centros que estarão em torno de onde estas atividades são realizadas. Hoje em dia, Madre de Dios tem uma taxa de crescimento populacional de 3,5% ao ano, ao que muito se deve a migração de outras áreas do Peru.

O departamento também tem a característica de ter duas grandes áreas reservadas a indígenas em isolamento voluntário em seu interior: a Reserva Territorial Mascho Piro (que tem uma parte de seu território em Ucayali) e a Reserva Territorial Madre de Dios. Estas reservas se relacionam ao fato de que o território de Madre de Dios, especialmente em sua área de fronteira com o Brasil, nas imediações dos Rios Chandless e Yaco, e nos Las Piedras e Tahuamanu, do lado peruano possuem um dos maiores fluxos de indígenas isolados do planeta.

No tocante à titulação de terras e sua regularização no departamento, é importante que muito embora organizações como a FENAMAD tenham lutado para a titulação para que daí comunidades possam desenvolver seus planos de gestão e alguma atividade econômica que as afaste, principalmente, da mineração ilegal e do apoio ao avanço da exploração de hidrocarbonetos.

Segue tabela com quantidade de comunidades nativas, por grupo indígena, presente no departamento:

<b>Grupo Indígena</b>	<b>Províncias e Distritos</b>	<b>Número de Comunidades</b>
Matchiguengas	<b>Manu</b> Fitzcarrald e Madre de Dios	5
Piro	<b>Tambopata</b> Tambopata	
<b>Tahuamanu</b>	Iñapari	
<b>Manu</b>	Fitzcarrald	6
Haramkbut-Amarakaeri	<b>Manu</b> Huepetuhe	5
Arazaeri	<b>Tambopata</b> Inambari	1
Huachipaeri	<b>Manu</b> Manu	1
Amarakaeri	<b>Tambopata</b> Laberinto	1
Pukieri	<b>Tambopata</b> Inambari	1
Toyeri-Amahuaca- Matsiguenga	<b>Tambopata</b> Laberinto	1
Toyoeri-Shipibo-Conibo- Ese 'Eja-Arazaeri-Matsiguenga	<b>Tambopata</b> Tambopata	1
Amahuaca	<b>Tambopata</b> Tambopata	11
Marinahua	<b>Tahuamanu</b> Iberia	1

<sup>20</sup> Fonte: Compêndio Madre de Dios, 2008.



Kichwaruna	<b>Tambopata</b> Las Piedras	1
Ese'Eja	<b>Tambopata</b> Tambopata	3
<b>Total Indígenas: 3,882</b>		

Como o crescimento populacional é uma das questões mais marcantes para a distribuição no território, bem como para a pressão sobre a população indígena, cabe apontar como isto ocorre no departamento:

Província e Distrito	Censo 1981			Censo 1993			Censo 2007		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
<b>Madre de Dios</b>	33007	15960	17047	67008	15960	28575	109555	80309	29246
<b>Tambopata</b>	24583	13056	11527	46738	31249	15489	78523	65444	13079
Tambopata	20341	12693	7648	36958	28845	8113	60214	56382	3832
Inambari	1716	193	1523	5266	1458	3808	8038	3586	4452
Las Piedras	2526	170	2356	4514	946	3568	5491	2530	2961
Laberinto	-	-	-	-	-	-	4780	2946	1834
<b>Manu</b>	<b>3496</b>	<b>275</b>	<b>3221</b>	<b>13827</b>	<b>2800</b>	<b>11027</b>	<b>20290</b>	<b>7261</b>	<b>13029</b>
Manu	1467	227	1240	1559	473	1086	2645	851	1794
Fitzcarrald	139	48	91	458	63	395	1263	361	902
Madre de Dios	1890	0	1890	11810	2264	9546	9404	1168	8236
Huepetuhe	-	-	-	-	-	-	6978	4881	2097
<b>Tahuamanu</b>	<b>4928</b>	<b>2629</b>	<b>2299</b>	<b>6443</b>	<b>4384</b>	<b>2059</b>	<b>10742</b>	<b>7604</b>	<b>3138</b>
Iñapari	812	230	582	841	343	498	1288	959	329
Iberia	3013	2256	757	3858	3247	611	6715	5396	1319
Tahuamanu	1103	143	960	1744	794	950	2739	1249	1490

Para finalizar, é importante apontar que embora Tambopata seja a província com maior índice de urbanização no departamento e haja uma tendência geral no governo peruano de mesclar a população rural e camponesa com população indígena em censos e classificações, é aí que está a maior parte da população indígena do departamento (46%). Tambopata é seguida por Fitzcarrald com 30.9% de indígenas e Tahuamanu, com 29% de indígenas. Na dinâmica de movimento de população indígena dentro da A3, é interessante notar que os Shipibo-Conibo vieram para Madre de Dios no início e meados do século XX deslocados pelas “correries” dos tempos do caucho, quando patrões os afastavam violentamente de seus territórios quando não aceitavam trabalhar para a empresa do caucho.

Atualmente o deslocamento, principalmente de populações andinas dadas às oportunidades de emprego mostra o movimento indígena rumo à atividade econômica (mineradora ou florestal) a fim de empreender como indivíduo. Um exemplo disso é de que atualmente há 252 comunidades nativas em Madre de Dios envolvida com atividade mineradora<sup>21</sup>.

### **Representação Indígena na Política Formal em Madre de Dios**

O governo empossado em 2011 de Luis Aguirre Pastor representou um ganho político importante para o movimento indígena de Madre de Dios, especialmente para a FENAMAD. No governo do presidente regional Aguirre Pastor, foi nomeado na coordenadoria de temas sociais e de cidadania de Madre de Dios, Julio Cusuriche. Julio é Shipibo e já foi colaborador da FENAMAD e vem contribuindo muito para o fortalecimento das mesas de diálogo com a sociedade civil sobre questões ambientais e a dinâmica dos índios isolados. A presença de Julio no governo possivelmente também facilitou o arranjo do compromisso histórico entre Governo Regional de Madre de Dios e comunidades indígenas do departamento para olhar com mais cuidado para os aspectos relacionados a seu desenvolvimento humano e social.

### **Ucayali**

A maior concentração populacional em Ucayali, que conta 102.411 Km<sup>2</sup>, está no Vale do Rio Ucayali, em Pucallpa. Em 2009, a população era de 458.177 habitantes, que representa 1.6% da população peruana. Muito embora a proporção seja pequena em relação a população total peruana cabe ressaltar que depois de Madre de Dios, o departamento é o que mais tem recebido migrações de outras partes do país devido às oportunidades de emprego nos lotes de hidrocarbonetos e nas concessões florestais, tendo apresentado 2.2% de crescimento em 2009<sup>22</sup>. A população indígena predominante no departamento de Ucayali é Shipibo-Conibo, sendo eles 50% dos indígenas, o que representa 18.237 pessoas.

A migração que se dá em Ucayali está bastante relacionada às concessões florestais, que são 176, reguladas pela Lei Florestal e de Fauna Silvestre de N.27308, que vai coordenar os 8.838.551 ha de reserva florestal que existem no território do departamento. Várias destas concessões colindam com comunidades nativas ou zonas reservadas de proteção ambiental. Ucayali é hoje o departamento peruano com maior produção de madeira roliça no país (33,5%) e serrada (25,4%) obtida nos quase 2.945.918 ha de concessões no departamento. Os grupos indígenas do departamento de Ucayali são:

<b>Grupos indígenas de la región Ucayali<sup>23</sup></b>		
<b>Família</b>	<b>Grupo Indígena</b>	<b>Província em que vivem</b>

<sup>21</sup> Fonte: Censo Indígena, 2007

<sup>22</sup> Fonte: Caracterización Gobierno Regional de Ucayali, 2009 e Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) 2009.

<sup>23</sup> Fonte: Instituto del Bien Común. Sistema de Información sobre Comunidades Nativas de la Amazonía peruana (Sicna).

Arawak	Ashaninka Culina Yine Asheninka	Coronel Portillo e Atalaya Purus Atalaya Coronel Portillo e Atalaya
Pano	Amahuaca Cashibo-Cacataibo Kaxinawá Nawa Sharanahua Shipibo-Conibo	Atalaya e Purus Coronel Portillo e Padre Abad Purus Atalaya Purus

A relação da população indígena recenseada com a população presente no território é a seguinte, ou seja, a proporção de indígenas por divisão política em Ucayali é a seguinte:

Província	População Total em 2005	População Indígena em 2001	Porcentagem
Atalaya	38,104	24,343	64
Coronel Portillo	316,546	29,211	9.2
Padre Abad	44,310	4,603	10.4
Purus	3,485	3,385	97.1
Total	402,445	61,542	15.3 <sup>24</sup>

Ainda, é importante apontar a relação de comunidades nativas por província e sua proporção populacional:

Número	Províncias e Distritos <sup>25</sup>	Comunidades Nativas	População Indígena	Porcentagem
1	<b>1.Província de Coronel Portillo</b>	<b>103</b>	<b>29,211</b>	<b>47</b>
	1.1.Calleria	20	5,112	2.3
	1.2. Yarinacocha	8	4,943	6
	1.3.Campo Verde	2	266	2.9
	1.4.Masisea	21	5,864	26.7
	1.5. Iparia	48	11,701	40
	1.6. Requena	4	1,325	30
2	<b>2.Província de Atalaya</b>	<b>146</b>	<b>24,343</b>	<b>40</b>
	2.1.Raymondi	81	12,795	51.2
	2.2.Tahuanía	44	7,622	98
	2.3.Sepahua	8	2,082	31
	2.4 Yurua	13	1,844	98
3	<b>3.Província de Purus</b>	<b>35</b>	<b>3,385</b>	<b>97.1</b>
	3.1.Purus	35	3,385	97.1
4	<b>4.Província de Padre Abad</b>	<b>11</b>	<b>4,603</b>	<b>10.4</b>

<sup>24</sup>Fonte: Censo Nacional de População e Moradia, INEI: 2005

<sup>25</sup>Fonte: *Caracterización Gobierno de Ucayali com Fines de Ordenamiento Territorial*, GOREU e Ministério de Minas e Energia:2007.

	4.1.Padre Abad	7	2,962	64
	4.2.Irazola	4	1,641	6.5
	4.3.Curimana	-	-	

Uma outra dinâmica interessante de ser notada é que embora possa haver muitas comunidades nativas em Ucayali, nem todas são tituladas, apesar de serem reconhecidas. Estas comunidades reconhecidas e sem titulação estão em um regime legal de “área cedida”, donde podem viver no território, mas não tem direito definitivo sobre a terra. Dessa maneira, a configuração territorial é a seguinte para fins legais em comunidades nativas neste departamento:

<b>Território das Comunidades Nativas por Distritos</b>				
<b>Distritos</b>	<b>Províncias</b>	<b>Área Titulada</b>	<b>Área Cedida</b>	<b>Área Total</b>
Coronel Portillo		<b>257162.80</b>	<b>31697.80</b>	<b>431810.80</b>
	Calleria	16611.97	483.03	38767.57
	Campo Verde	1629.26	0	1629.26
	Iparia	155.196.70	20.000.23	272.517.47
	Masisea	76.403,72	11.214,54	110105.25
	Nueva Requena	7321.35	0.00	8791.25
Padre Abad		<b>51306.62</b>	<b>9356.97</b>	<b>73848.91</b>
	Irazola	31136.50	4573.50	35710.00
	Padre Abad	20170.12	4783.47	38138.91
Atalaya		<b>510361.87</b>	<b>243962.45</b>	<b>844545.73</b>
	Raymondi	268312.91	110138.25	397810.10
	Sepahua	17638.10	25636.60	63759.70
	Tahuania	196882.46	37850.96	285110.89
	Yurua	27528.40	70336.64	97865.04
Purus		<b>103,101.79</b>	<b>190,098.44</b>	<b>337,693.13</b>
	Purus	103,101.79	190,098.44	337,693.13
<b>Total</b> <sup>26</sup>		<b>921933.08</b>	<b>475115.66</b>	<b>1687898.57</b>

<sup>26</sup>

Fonte: *Oficina de Acondicionamiento Territorial*, GOREU, 2007.

<b>População Urbana e Rural em Ucayali</b>		
<b>Província</b>	<b>Urbana (N/%)</b>	<b>Rural (N/%)</b>
Coronel Portillo	249.845/76%	78.899/24%
Atalaya	12,663/32%	29,909/68%
Padre Abad	28,531/62%	17.486/38%
Purus	1,194/33%	2.424/67%

A população rural é de 106.812 habitantes, representando 24,7% do total, e a urbana é de 325.347, representando 75,3%. As províncias dentro da área estudada são Coronel Portillo, Purus e Atalaya. A mais povoada é Coronel Portillo, com 352.855 habitantes, sendo que destes 36,430 se declaram indígenas, com a predominância dos Shipibo-Conibo que vão ser 48% da população indígena desta província. Atalaya, que tem 43.933 habitantes, possui 14.890 indígenas em seu território, sendo que dos 46,4% da população indígena total, 41% são Ashaninka e estão fortemente concentrados do distrito Yuruá. Por fim, está a menos povoada das províncias, Purus, com 3.746 habitantes, sendo destes 1678 indígenas, o que faz desta província a mais densamente povoada por índios, que representam 50% da população local.

Para fins de análise dentro da idéia de contiguidade, as três províncias possuem quatro distritos fronteiriços: Calleria e Masisea (Coronel Portillo), Yurua (Atalaya) e Purus (Purus) com população média no ano de 241.529 habitantes. Isto indica que praticamente a metade da população de Ucayali está concentrada em distritos considerados de fronteira, o que é bastante significativo para o estudo aqui desenvolvido.

Em termos de concentração de Comunidades Nativas, a província de Coronel Portillo concentra 39,33% destas, sendo que deste número 30,35% são Shipibo. Ao todo são 295 Comunidades Nativas, ocupando 61.542 ha. Outra província com forte presença indígena é o Purus, que embora não possua tantas Comunidades Nativas, tem 91% de sua comunidade recenseada declarada como indígena. Na província do Purus, segundo entrevistas e estudos de caracterização em sua parte social há elevada discriminação por parte da população urbana - geralmente mestiços - em relação aos indígenas. Esta discriminação torna difícil a prática da interculturalidade, especialmente no que diz respeito à provisão de serviços públicos. A carência advinda disso deixa a população suscetível ainda a esquemas de patronagem, à política partidária exercida de maneira a fortalecer o paternalismo nas comunidades indígenas, prejudicando sua autonomia e capacidade de auto-gestão<sup>27</sup>.

Para a A3, há uma dinâmica interessante no que diz respeito ao trânsito indígena e sua cidadania na província de Atalaya. Nesta província, onde há predominância dos Ashaninka há elevado grau de parentesco com indígenas do lado brasileiro, além da proximidade física que facilita o trânsito pelos rios (Juruá e Breu) ou mesmo pelos caminhos, a pé, para o lado brasileiro. Desta forma, ao envelhecerem, alguns indígenas cruzam permanentemente ao lado brasileiro, conseguindo alguns o benefício da aposentadoria, declarado um dos motivos do trânsito. A expansão da religião evangélica também se apresenta como outro ponto de dificuldade para a interculturalidade com a perda da valorização da cultura local e, conseqüentemente, das possibilidades de fortalecimento identitário territorial.

<sup>27</sup> A delicadeza da situação no Purus fez com que fosse elaborado o Plano de Desenvolvimento Integral dos Povos Indígenas do Alto Purus 2004-2009.

### **A.5.1. A Situação dos Índios em Isolamento Voluntário<sup>28</sup>**

A diversidade de populações indígenas na A3, com mais de 20 etnias distintas, é marcante. Soma-se a isso o fato de que estes estão em contato constante com comunidades mestiças do lado peruano, e de extrativistas do lado brasileiro, como é o caso da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Com relação aos índios isolados, muitas vezes este contato entre comunidades indígenas e não-indígenas exige muito cuidado e sensibilização, já que a primeira é a mais indicada para trabalhar com a segunda a informação sobre estes grupos, evitando novos genocídios e, também, conflitos entre populações indígenas e não-indígenas por bens materiais ou território, por exemplo.

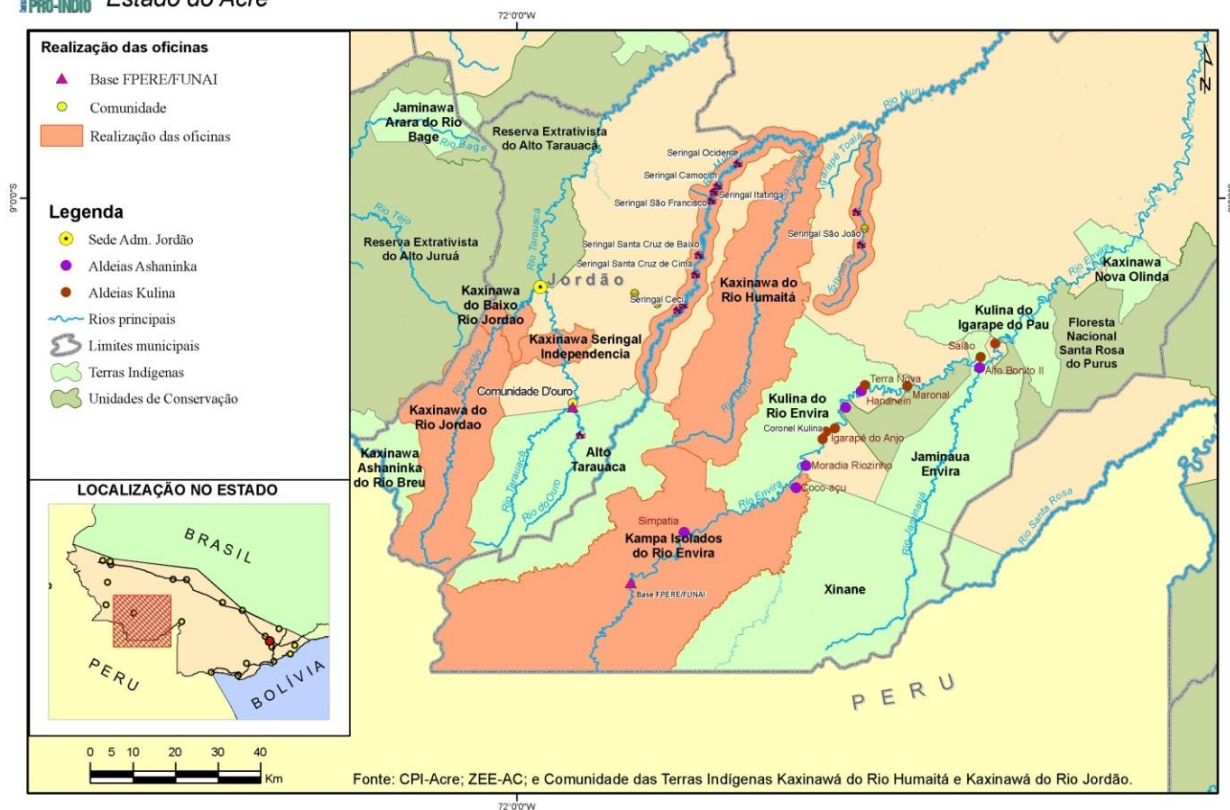
Como descrito no Anexo B, em ítem específico sobre os índios isolados e a dinâmica territorial na A3 em reservas territoriais e terras indígenas em processo de estudo e demarcação, indígenas no Brasil realizam oficinas de informação e sensibilização conjuntamente com a Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI a fim de informar indígenas e não-indígenas sobre a situação dos isolados. Além disso, as oficinas são momentos importantes de coletar junto com a população informações sobre vestígios, localização e a situação dos índios isolados. Da mesma maneira, no lado peruano organizações como a FENAMAD e a AIDSESEP trabalham com as demais comunidades indígenas, por meio dos agentes de proteção indígenas, nos postos de controle das Reservas Territoriais, além da proteção e fiscalização da reserva para a proteção dos isolados, o levantamento de informações sobre esta dinâmica. A primeira das oficinas no Brasil, onde a dinâmica se iniciou foi na TI Humaitá, que às margens do Envira e do Muru tem alto trânsito de isolados. Veja o mapa das oficinas realizadas na região do Humaitá:

---

<sup>28</sup> Esta seção foi escrita com o auxílio da colaboradora da CPI-AC, Maria Emilia Coelho, a partir dos textos elaborados para o Observatório de Políticas Transfronteiriças, da CPI-AC.



## Oficinas sobre Isolados nos altos rios Iboiaçu, Humaitá, Muru, Tarauacá, Jordão e Envira Estado do Acre



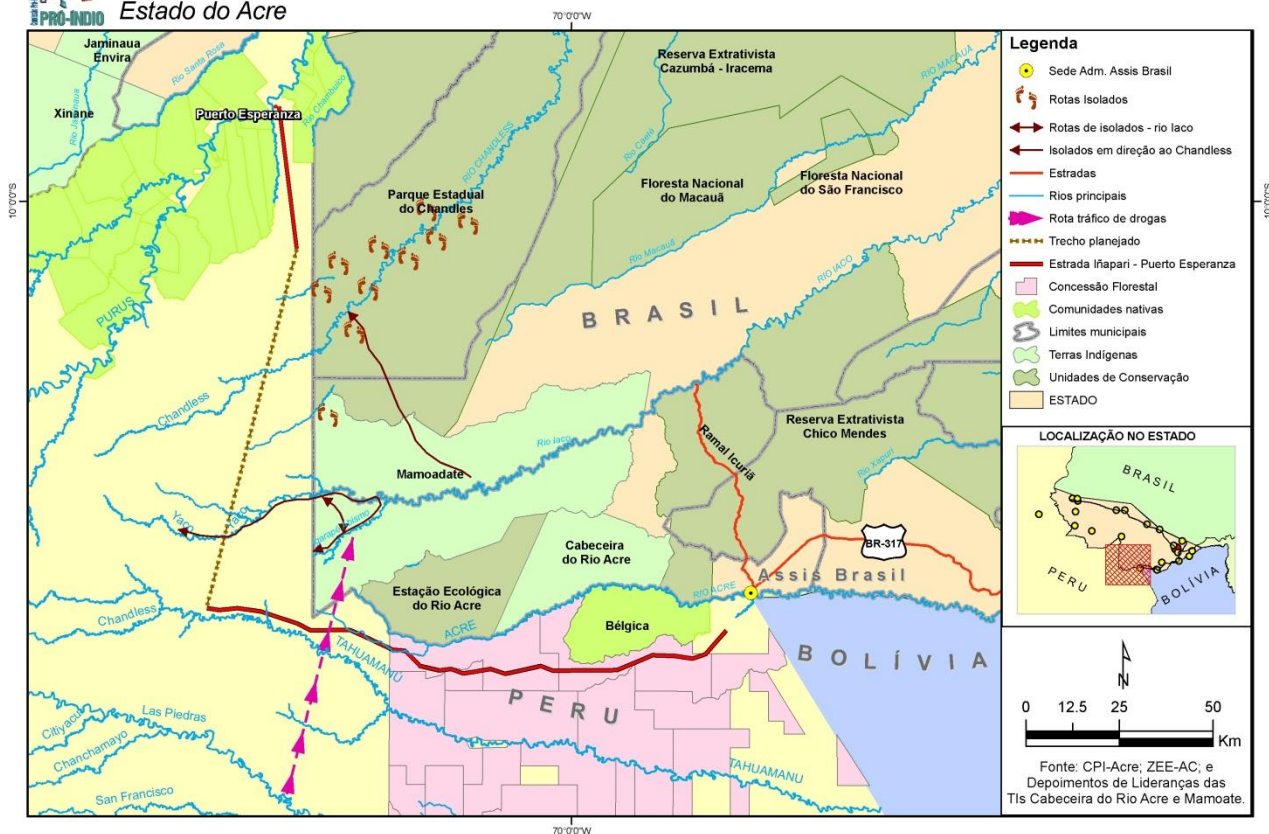
No lado acreano, três TIs foram criadas exclusivamente para a proteção desses povos: a Riozinho do Alto Envira, a Kampa de Isolados do Rio Envira, e a Igarapé Taboca Alto Tarauacá, esta última em situação de restrição de uso. Elas somam 636 mil hectares, 26% da extensão total das Terras Indígenas do estado. Em Ucayali e Madre de Dios, são 2,3 milhões de hectares divididos em quatro áreas destinadas aos grupos em isolamento: as Reservas Territoriais de Madre de Dios, Isonahua, Murunahua e Mashco-Piro.

Mas os grupos isolados não ficam restritos a essas áreas, ao contrário, estendem seus terrenos de moradia e deslocamento por outras terras indígenas e unidades de conservação onde vivem índios que interagem com o Estado e ribeirinhos. Para encontrar diversidade de alimento, o isolado necessita de extensas, e preservadas, áreas de floresta. Qualquer impacto sobre sua terra de uso representa problema de subsistência e conflitos com as populações do entorno. Daí a importância das oficinas em suas áreas de deslocamento. Observe o mapa ao redor da TI Humaitá, Mamoadate e fronteira e áreas de fronteira no Peru para este trânsito:





## Dinâmicas Transfronteiriças na Cabeceira do Rio Acre e Mamoadate Estado do Acre



No Acre, existe a confirmação de quatro grupos diferentes de isolados. Três são de etnias ainda não identificadas pela FUNAI. Provavelmente, são falantes de línguas da família Pano. Fixaram-se nas cabeceiras dos rios Humaitá, no Alto Igarapé Xinane, e no Riozinho do Alto Envira, próximos a linha fronteira Brasil-Peru, neste último país, quase na divisa entre os departamentos de Ucayali e Madre de Dios.

Segundo dados reunidos em sobrevôos da Frente de Proteção Etnoambiental Rio Envira da FUNAI (FPERE), a população estimada é de 600 índios, concentrados em três conjuntos de malocas com aproximadamente 75 habitações. Cultivam milho, macaxeira, mamão, banana, batata doce, amendoim, urucum, cana, e também algodão para a confecção de roupas e ornamentos. O quarto grupo, conhecido como Mashco-Piro, transita entre as florestas do território brasileiro e peruano. No Peru, os isolados da família Arawak se dividem em três grandes grupos geograficamente distintos. Segundo os estudos da Federação Nativa do Rio Madre de Dios e Afluentes (Fenamad), um deles habita a bacia do Purus, no departamento de Ucayali e na parte central do Acre. Os outros dois estão nos rios Las Piedras e na bacia do Manu, em Madre de Dios. Quando estes rios secam, os Mashco-Piro descem em busca de alimento até o Brasil. Nesta época do verão amazônico, centenas de índios cruzam a fronteira e armam seus tapiris pelas praias dos altos rios Chandless, Envira, Iaco e Purus, adentrando à TI Mamoadate e o Parque Estadual do Chandless (Ver Anexo B).

Há trânsito de índios isolados também pelo imenso bloco de floresta entre os divisores de água dos rios Juruá, Purus e Ucayali, no Peru. Na área natural conhecida como Serra do Divisor, que no Brasil é um parque nacional e, no Peru, Zona Reservada, há diferentes grupos de isolados habitando a região, que guardam similaridades lingüísticas entre si. É muito provável que pertençam à família Pano. São conhecidos como Murunahua, Chitonahua, Mastanahua e Isconahua



pelas populações vizinhas, que há décadas criaram esses nomes em alusão as suas características específicas. Na Zona Reservada, há a Reserva Territorial Isconahua, dedicada a trânsito restrito destes indígenas. Mais abaixo, já mais próxima do Rio Breu, está a Reserva Territorial Murunahua e, mais a oeste, a Reserva Territorial Kapanahua, mais perto dos rios Calleria, na A3, e Alto Maquia, já em Loreto, que faz parte de outra área focal. Dessas áreas, cabe discorrer brevemente sobre a Zona Reservada da Serra do Divisor, que é hoje em dia um dos pontos de maior disputa quanto à legislação ambiental, gestão territorial e posicionamento quanto a indígenas em isolamento voluntário no Peru. Atualmente, o Instituto del Bien Común, a ORAU e a AIEDESEP, a Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA), a Pronaturaleza, o Governo Regional de Ucayali, o Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SERNANP) e o Ministério das Minas e Energia e o de Agricultura devido aos lotes de hidrocarbonetos e às concessões florestais disputam posições a respeito de como deve se definir a área em caráter definitivo.

#### *Zona Reservada da Serra do Divisor*

Mediante resolução ministerial de número 283 do ano de 2006, a Zona Reservada da Serra do Divisor foi estabelecida. Com extensão total de 1.478.311,39 ha, localizadas entre os departamentos de Loreto e Ucayali, a área, que é uma zona de transição de legislação e proteção ambiental, onde ainda não se tem definida a categoria de regimento, tem em seu interior uma Reserva Territorial para índios isolados (Isconahua) e mais duas propostas de reserva (Capanahua e Yavari-Tapiche, esta última pertencente a A2).

A localidade é palco de uma das maiores biodiversidades do planeta, em conjunção com o Parque Nacional da Serra do Divisor. Há várias propostas para a categorização da área a fim de que categorias legislativas distintas sejam harmonizadas na região. Há algumas propostas para sua categorização definitiva, mas muitos são os conflitos de interesses que permeiam o desenho geográfico e de marco legal e institucional na área. A questão de definição para as áreas destinadas a índios em isolamento voluntário, comunidades nativas e áreas completamente restritas ao trânsito e moradia de pessoas somada às sobreposições de concessões florestais e de mineração, especialmente petróleo, faz com que diversos grupos tenham interpretações distintas sobre quais seriam as melhores formas para proteger a sociobiodiversidade local no longo prazo. O lugar que abriga entre 2.500 e três mil espécies distintas da fauna e da flora, também abriga mais de vinte grupos sociais e culturais entre grupos indígenas Ashaninka e Shipibo-Conibo, além de famílias assentadas e aproximadamente 300 isconahuas em isolamento voluntário (ICAA, 2010)<sup>29</sup>.

Há uma Comissão de Categorização para a área que propõe a autoridade responsável pela ANP a partir de estudos técnicos a categoria considerada a mais apropriada. A mesma se instalou em 23 de junho de 2006 em Pucallpa e tinha como integrantes representantes do extinto INRENAM dos Governos Regionais de Loreto e Ucayali, da municipalidade provincial de Ucayali (Contamana-Loreto), do INDEPA, da AIEDESEP, da Confederação de Nacionalidades Amazônicas do Peru (CONAP), do Ministério das Relações Exteriores e do de Minas e Energia, ProNaturaleza e SPDA.

---

<sup>29</sup> Informações retiradas do relatório sobre o projeto de integração vial Cruzeiro do Sul-Pucallpa disponibilizado no Grupo de Trabalho de Infraestrutura do ICAA. Disponível em:

A primeira dificuldade para esta Comissão vem justamente da existência de uma sobreposição de 18.6% da Zona com a Reserva Territorial Isconahua, que possui 275.665 ha. Ademais, em 2004 a municipalidade provincial de Ucayali estabeleceu a Área de Conservação Municipal de Águas Calientes, sobre 200 mil ha que se sobrepõem parcialmente a Zona Reservada. A área foi um ajuste entre a municipalidade e autoridade nacional, que à época tinham os mesmos interesses, que eram o de reduzir o tamanho das áreas de conservação, a fim de aumentar a área de concessões florestais. Ainda, com a detecção de colonos e assentamentos em áreas adjacentes a Zona, acabou-se aumentando a área da Zona Reservada a fim de preservar os direitos adquiridos destes o que reforçou a necessidade do ajuste citado anteriormente. Não de acordo com esta parte, a SPDA também defende a posição de Parque Nacional por achar que assim se respeitam os direitos adquiridos da população que já vive lá e o marco legal já em operação.

É importante notar que mesmo entre membros da sociedade civil há discordâncias. Por exemplo, organizações como a ProNaturaleza tem uma posição mais conservacionista e foram a favor da área de preservação ambiental e são a favor junto com os governos e o Ministério das Relações Exteriores que a área seja um Parque Nacional. Outras organizações já tem uma posição mais pró-indígena, como é o caso da AIDSESP e suas organizações locais que vão defender a existência de reservas indígenas para os isolados e, também, para aqueles em isolamento, mas ainda não identificados, como os que estão na proposta de reserva Yavari-Tapiche e Capanahua.

Um outro ponto importante, que vem a reforçar a posição do Ministério de Minas e Energia, que é de que a área seja uma Reserva Nacional a fim de que o governo nacional possa permitir concessões para mais lotes de exploração de petróleo. Esta categoria ofereceria o marco legal para que pudesse haver concessões em áreas protegidas. A Companhia de Petróleo Peruana (PerúPetro) alega que para ofertar lotes de hidrocarbonetos na zona reservada não precisa de nenhum tipo de coordenação com o órgão ambiental responsável. Segundo pesquisadores do SPDA, funcionários da companhia sustentam que de acordo com a Lei de Áreas Naturais Protegidas, a atividade de concessão deve ser coordenada entre a Direção Geral de Assuntos Ambientais do Ministério de Minas e Energia e o órgão ambiental responsável, na época o INRENA, e, não com a PerúPetro. Ainda, há justificativa de que a promoção dos lotes não configura atividade petrolífera em si e, assim, para a concessão não seria necessária a autorização do órgão ambiental responsável, atualmente o SERNANP, configurando total desconexão na gestão pública.<sup>30</sup>

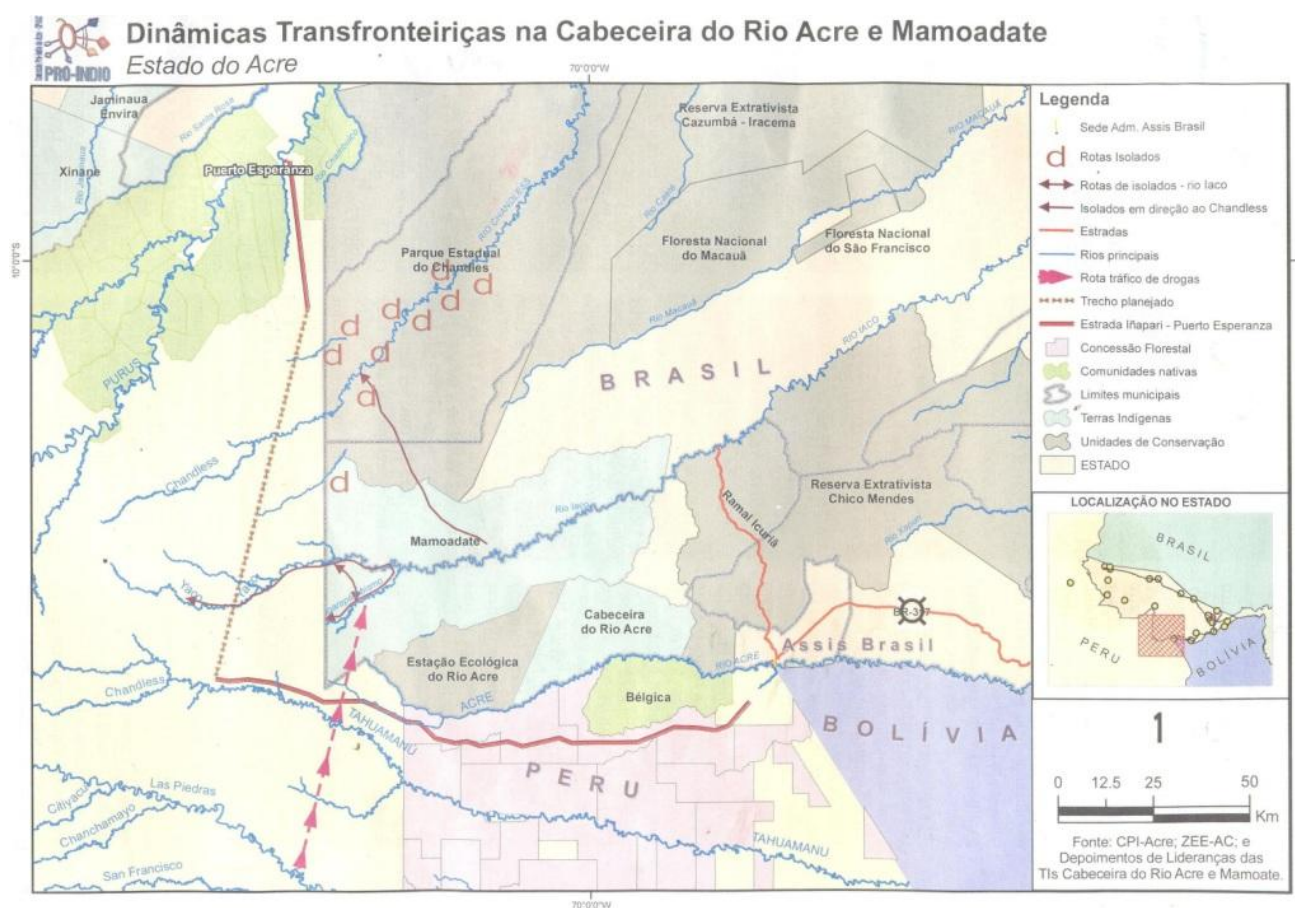
A esperança com relação a esta ameaça é que atualmente os órgãos ambientais estão com gestores que tem posições mais favoráveis aos indígenas e ao tema socioambiental. O SERNANP conta com o diretor-geral Carlos Soria, ex-coordenador do IBC, e atualmente, o diretor de Gestão Territorial do Ministério do Meio Ambiente e o advogado e pesquisador, Mariano Castro, que fazia parte do SPDA e coordenava o Grupo de Trabalho do ICAA para monitoramento dos avanços da obra da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul. O traçado inicial da estrada que já foi concessionada e licitada duas vezes sem haver empresas escolhidas e que agora parece contar com apoio do governo nacional, para tanto, cortaria a parte sul da reserva podendo trazer imensos impactos ambientais.

Em termos de lotes petrolíferos, estão sobrepostos hoje a Reserva Territorial: Lote 138 (Pacific Stratus) e Lote 132 (antigo 139), que está em processo de negociação na PerúPetro.

*Outros impactos em índios isolados: Estrada Puerto Esperanza-Iñapari-Assis Brasil*

Do lado de Madre de Dios, uma obra que preocupa também é a referente ao Plano Vial do Purus, que pretende unir esta província de Ucayali ao resto do país, alegando que seu profundo isolamento é a razão para os altos índices de pobreza da província e de seu único distrito. Em termos de integração regional, na perspectiva do IIRSA, este trecho de estrada uniria esta parte do Peru e da fronteira da Floresta Amazônica com a BR 317, em Iñapari e Assis Brasil, integrando a região não só a outras regiões peruanas com também ao Brasil.

Pesquisadores e comuneros da FENAMAD afirmam que já há desmatamento e movimento para a abertura da estrada, avançando sobre o Parque Nacional do Alto Purus e a Reserva Territorial Mascho Piro. Em visita a área com o diretor do Parque Nacional, pesquisadores da FENAMAD percebeu-se que sim há o avanço pelas área natural protegida e pela área restrita. Além disso, indígenas da TI Mamoodate trabalhando em cooperação com a FENAMAD atestaram que embora o traçado da estrada não passe pelo Brasil, pessoas relacionadas às obras estão passando pelo lado brasileiro. Além disso, a estrada facilita a abertura de ramais usados por madeireiros e narcotraficantes que vão exercer pressão sobre os isolados transitando pela área tal qual mostrado no mapa provido anteriormente. Como demonstrado abaixo<sup>31</sup>:



Atualmente, a Estrada Puerto Esperanza-Iñapari está aportada por carteira da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana, aportada por financiamentos do Fundo Amazônia do BNDES. A província do Purus e o governo nacional do Peru estão pressionando pela construção e finalização da estrada, enquanto organizações indígenas como a FECONAPU, ORAU, FENAMAD e MAPKHA, dos Manchineri da TI Mamoadate, atentam para os impactos que a mesma pode causar, especialmente sobre os isolados em trânsito e sua relação com as comunidades já definidas em seus aspectos territoriais e político-ecológicos.

#### **A.6. Cenário Político e Cooperação Regional**

Em um cenário de integração regional e de cooperação entre os governos de Acre, Madre de Dios e Ucayali para o desenvolvimento regional, há algumas iniciativas mais dirigidas ao contexto socioambiental. Neste âmbito, a cooperação se dá não apenas em nível comercial ou no planejamento de infra-estruturas de integração para acelerar e sustentar a cooperação para trocas de bens industrializados e commodities, mas também na direção de buscar o desenvolvimento sustentável da região como um todo.

Assim, há movimento de intercâmbio liderado pela Secretaria de Meio-Ambiente e Secretaria de Planejamento do Governo do Acre para disseminar e contribuir com as experiências do Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE). Esta disseminação vem se institucionalizando em um intercâmbio com o Conselho Interregional da Amazônia (CIAM) para que as práticas do zoneamento possam ser desenvolvidas na Amazônia peruana dentro do Plano de Desenvolvimento Nacional, que prevê a “zonificación” como estratégia de desenvolvimento regional e descentralização planejada.

Como o governo do Acre, o governo de Ucayali e o governo de Madre de Dios, passaram por mudanças neste ano. No Acre, entra o governador Tião Vianna, também da Frente Popular como seu antecessor Binho Marques, mas com uma perspectiva de crescimento econômico, além de baseada na floresta, ligada ao incremento da industrialização e comércio do estado. No governo de Ucayali, que também passou por eleições neste ano, é reeleito o presidente regional Jorge Velazquez Porto Carrero, ainda que sob denúncias de repressão a imprensa local que o criticou por suposto beneficiamento do setor madeireiro. Em seu governo, a aproximação com o governo do Acre se estreitou especialmente para fins de fortalecimento de estratégias de comércio binacional, o que envolve o esforço por meio do governo regional para ter aprovada pelo governo nacional os estudos e a concessão de construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul. Já houve abertura para a licitação da estrada duas vezes e nenhuma empresa se candidatou. No momento, está em finalização um estudo sobre o impacto socioambiental da estrada, inclusive com sugestão para novos traçados que não cortem a Reserva Territorial Isconahua. O problema é que a modificação do traçado faria com que a estrada passasse por todo um conjunto de comunidades nas proximidades do Calleria, já quase chegando a Bacia do Abujao, e de várias comunidades no Abujao. Em última instância, a estrada afetaria o Parque Nacional da Serra do Divisor no Brasil e TIs como Nawa e Nukini que são sobrepostas ao Parque.

A mudança de presidência regional em Madre de Dios trouxe para o posto Luis Aguirre Pastor. O presidente regional do recém formado Bloco Popular assumiu com o compromisso de organizar e conduzir a gestão pública departamental de maneira a gerar desenvolvimento sustentável baseado em equilíbrio socioambiental. O câmbio de perspectiva no departamento, fortemente afetado pela mineração ilegal e pelos impactos de avanços de empreendimentos infra-estruturais tais como a finalização da estrada do Pacífico (BR317) vinda do Brasil e a construção da hidrelétrica de Inambari, aproximou do governo regional organizações fundamentais na proteção dos direitos dos povos indígenas e na promoção de seu desenvolvimento integral como a FENAMAD para um diálogo que antes era muito complicado. Exemplos tem se dado com a firma de compromisso histórico entre governo e povos indígenas para que os últimos tivessem mais participação nas decisões sobre questões que os afetam, o reconhecimento da existência dos índios isolados e da problemática que os afeta na Reserva Territorial Madre de Dios e Mascho Piro e a declaração desta última reserva, onde habitam além dos Piro, os Yine e os Amahuaca, como patrimônio cultural do departamento.

É interessante notar que “a utilização do ZEE como instrumento para planejar a ocupação da Amazônia não é recente. Apareceu pela primeira vez no Plano de Valorização da Economia da Amazônia – PVEA elaborado no final dos anos 40 como resultado dos debates da Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados no âmbito do processo de redemocratização do Brasil.” (ZEE, 2007:314).

#### ***A.6.1. Organizações e Associações Indígenas:***

Estes atores são certamente um dos mais importantes na área não só porque englobam grupos que estão em regiões diferentes, podendo contribuir com sua vivência e desafios in loco para construir uma agenda socioambiental mais justa, mas também porque representa grupos sociolinguísticos, políticos e culturais distintos que, conseqüentemente, apontarão para diversas identidades e interesses políticos.

Começando pelo **Acre**, as organizações da área são em sua maioria de representação regional, mas há as de representação étnica, como a Kaxinawa, duas de representação profissional, além de outras duas de representação de gênero. As de representação profissional, a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e a Associação do Movimento de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), acabam que trazem em sua formação interseção de atores de organizações regionais. Este fator é relevante já que aponta para o alcance da ação destas organizações que podem reunir os pontos de vista e demandas de diversas regiões em torno de ações e planejamentos coordenados para áreas estratégicas tais quais a educação indígena, básica e superior, e a gestão territorial, fiscalização e práticas de agrofloresta e agroecologia, funções desempenhadas pelos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Inexistindo uma organização centralizada para os índios do Acre, as organizações profissionais cumprem uma função fundamental na articulação dos povos. Sessenta e sete (67%) destas organizações e associações atualmente se concentram no Alto Juruá.

Um exemplo de organização com forte atuação na articulação com povos do outro lado da fronteira, no Peru, é a Associação do Povo Ashaninka do Rio Amônia (Apiwtxa), que hoje conta com um convênio de cooperação para proteção, vigilância e gestão territorial com a Asociación de Comunidades Nativas para el desarrollo integral del Yurua (ACONADIYSH), associação locada no distrito do Breu, em Yurua, no Peru. Pelo lado brasileiro, portanto acreano para a Área Focal 3, participando do Pacote Amazônico estarão: Associação do Povo Ashaninka do Rio Amônia (Apiwtxa), Associação Kaxinawa do Rio Breu (AKARIB), Organização dos Povos Indígenas do Juruá (OPIRJ), Organização dos Povos Indígenas do Acre (OPIAC), Organização do Povo Manchineri do Rio

Iaco (Mapkaha), Associação da Comunidade Yaminawa do Alto Acre (ASCOYAC), Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá (ASPIRH), Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC).

Um pouco diferente do Brasil em termos de coordenação e distribuição política e regional de suas funções, na Amazônia peruana as organizações indígenas, em sua maior parte, interligam-se do nível local ao nacional, formalmente. A organização nacional é a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIEDESEP), que conta com programas que vão atender as organizações regionais federadas a sua estrutura, e as regionais por sua vez provêm o suporte institucional às organizações locais. Os programas em nível nacional que vão colaborar principalmente provendo informação às organizações federadas são, por exemplo, os mapeamentos realizados pelo Centro de Información y Planificación Territorial (CIPTA) e atividades relativas aos índios em isolamento voluntário, que necessitam de mobilização e articulação nacional, especialmente no caso de presença e deslocamento em territórios que envolvem mais de um departamento. Como regionais, na Área Focal 3, estão a Organização Aiedesep de Ucayali (ORAU) e a Federação Nativa de Madre de Dios (FENAMAD), que possui mais independência em relação à organização central, tendo seus próprios programas e projetos para os isolados na região do Manu e da Reserva Territorial Madre de Dios, por exemplo. Filiada à FENAMAD está o Cohar Yima (Conselho Haramkbut Yine Matshiguenga), que toma as decisões em colegiado na Reserva Comunal Amaraeki.

Em Ucayali, em sua maior parte, as organizações estão federadas a ORAU. Na área de fronteira Acre-Ucayali e naquelas áreas que não estão diretamente em fronteira, mas que são afetadas pelas dinâmicas em movimentos para dentro da floresta, principalmente no que se refere à extração de recursos naturais, estão algumas organizações importantes. A Associação de Comunidades Nativas de Ashaninkas-Ashéninkas de Masisea e Calleria (ACONAMAC), cujo área de representação corresponde a comunidades e *caserios* estão bem perto da área de traçado da estrada Cruzeiro do Sul-Pucallpa, ainda em fase de projeto, além de estarem na área de impacto do lote 188 da Pacific Stratus, abaixo da Zona Reservada da Serra do Divisor. Na região do rio Ucayali, está a Federação de Comunidades Nativas del Ucayali e Afluentes (FECONAU), que vai corresponder a comunidades mais próximas da cidade de Pucallpa e também àquelas localizadas no tributário do rio Ucayali, o Abujao. Também atuando na região da ORAU está a Federação de Comunidades Nativas do Purus (FECONAPU), a Federação de Comunidades Nativas do Distrito de Iparía (FECONADIP), Federação de Comunidades Nativas da Província de Puerto Inca (FECONAPIA), Federación de Comunidades Nativas de Bajo Ucayali (FECONBU), Organización Indígena del Distrito de Masisea (ORDIM), Organización Indígena Regional de Atalaya (OIRA), Organización Ashenínkas del Gran Pajonal (OAGP), Organización de Comunidades Nativas del Distrito de Tahuanía (ORDECONADIT), Federación Nativa de Comunidades Cacataibo (FEDECOCA), Federación de Comunidades Nativas del distrito de Sepahua (FECONADIS).

#### A.6.2. Organizações Não-Governamentais

Há varias organizações atuando na Área Focal 3. No Vale do Juruá e na cabeceira do Alto Acre, onde está boa parte da região fronteira do Estado do Acre e os locais de impacto dos grandes projetos de infra-estrutura da IRRSA e PAC está a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC). Fazendo parte do projeto *“Fortalecendo a Integração Fronteira Acre-Ucayali* da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico”, financiado pela Cooperação Alemã (GIZ), junto com a SOS Amazônia, a CPI continua seu trabalho de mapeamento participativo e gestão territorial iniciado já em 2004, com o apoio da TNC e Fundação Moore. O projeto intitulado *“Projeto de Conservação*

*Transfronteiriço da Região da Serra do Divisor - Sierra del Divisor (Brasil-Peru) (2004-2006)”, teve a participação de um pool de organizações no Peru e no Brasil e serviu para estreitar os laços entre estas organizações, bem como criar outras oportunidades no campo da promoção da sociobiodiversidade e da justiça ambiental e territorial para as comunidades de fronteira ao conter as ameaças nestas áreas. As organizações envolvidas pelo lado peruano foram a ProNaturaleza, Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA), PDA, Universidade La Molina, Instituto del Bien Comun (IBC) em associação com o Field Museum de Chicago, Derecho Ambiente y Recursos Naturales (DAR), ORAU e Organização Regional AIEDESEP Iquitos (ORAI).*

Apesar do projeto OTCA não se referir diretamente aos etnopamapas e planos de gestão territorial em Terras Indígenas (TIs), os resultados dos projetos anteriores vem a prover subsídios para que neste projeto possa se cumprir os objetivos de melhorar as capacidades e promover ações para o monitoramento e controle da flora e fauna silvestre, facilitar o funcionamento do FIFAU e de suas comissões temáticas através da coordenação institucional em Ucayali e no Acre e entre Acre e Ucayali e desenhar e implementar ações demonstrativas relacionadas ao aproveitamento sustentável de recursos de flora e fauna silvestre por comunidades locais.

Muito embora tenha havido a desarticulação do FIFAU, como já descrito, em se tendo a Secretaria de Planejamento e também a Secretaria de Meio Ambiente do Acre como partes integrante desta fase do projeto, a CPI e a SOS Amazônia tem fornecido subsídios para os processos de integração regional, chamando a atenção para a dinâmica e os impactos nas comunidades de fronteira.

Como o projeto envolve trabalho com comunidades no entorno das comunidades indígenas, envolvendo os moradores do Parque Nacional da Serra do Divisor e dos assentamentos ao redor, o projeto acaba que envolve de certa maneira o conhecimento já acumulado pelos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) na implementação, monitoramento e manejo de modelos demonstrativos agroecológicos. Isto visa a garantir a segurança alimentar nas comunidades, bem como o uso, o manejo e a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais mediante a capacitação e o intercâmbio de projetos comunitários.

Além das ações diretamente informadas por estes projetos, a CPI-AC, pelo Pacote Amazônico, tem recebido incentivo para continuar os trabalhos de levantamento de dados, realização de encontros e oficinas sobre as dinâmicas transfronteiriças Peru-Brasil. O constante fortalecimento da institucionalização do Grupo de Trabalho para a Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Peru) criado em 2005 tem servido para a realização de atividades envolvendo comunidades dos dois lados da fronteira, promovendo o contato e a troca de informações sobre proteção e vigilância dos territórios, impactos de obras como o da BR364 e o da BR317, bem como da exploração de petróleo etc. Mais importante nesta atuação está o fato de que as atividades do GT tem permitido a ampliação do espaço institucional do grupo para convênios com organizações como a FENAMAD na fronteira com Madre de Dios para a questão dos isolados.

Além destas ações há o projeto “Paisajes Indígenas” pelo consórcio da USAID, envolvendo o IBC e o Field Museum de Chicago para elaboração de Planos de Vida para comunidades indígenas na área dos rios Calleria e Abujao. O projeto, que é de grande amplitude se estendendo ao Equador e a Colômbia, envolve no Peru também comunidades no rio Ucayali, Pachitea e Aguaytia, com a ação em conjunto com o SPDA e as organizações FECONAPIA, FENACOCA, FECONAU, ACONAMAC e, de maneira mais geral, a ORAU.

Na região de Madre de Dios, operam o WWF, com a elaboração do plano de uso do Parque Nacional do Alto Purus, e a Sociedade Zoológica de Frankfurt que contribui para a questão dos

isolados na Reserva Mascho Piro. Além disso, o SPDA tem ações para a questão de mineração ilegal na área de Huepetehue e no Alto Acre.

### *A.6.3. Organizações Governamentais e Cooperação Internacional*

Como já apontado, há atuação na região do Vale do Juruá, pelo lado brasileiro e peruano, da OTCA em parceria com ONGs e os governos regionais do Acre e de Ucayali. Ademais, como ilustrado, há também o interesse da Agência Norte-Americana para Fomento e Desenvolvimento (USAID) na elaboração dos planos de vida e fortalecimento de comunidades indígenas em Ucayali.

No Acre, há os investimentos do BIRD e do BID, sendo o último, parte importante no Planejamento Estratégico do Estado 2007-2010, já que é o financiador do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (Proacre). Parte dos investimentos é o que financiam os etnomapas e planos de gestão territorial em TIs, que tem ações diretas das ONGs, mostrando uma interrelação intrínseca com o trabalho e os projetos do terceiro setor influenciando em formulação de políticas públicas. Um dos eixos mais importantes envolvendo o projeto do BID, principalmente agora que começará sua segunda fase, é o de “Infra-estrutura como Suporte ao Desenvolvimento Sustentável”, que se relaciona aos aportes para rodovias, hidrovias, aerovias, energia e telecomunicações, e aquele referente à “Preservação e conservação do ativo ambiental com implementação do Zoneamento Ecológico e Econômico”, que também contará com apoio do BNDES, dentro do mecanismo SISA. Soma-se isso o possível apoio do KFW para a implementação do mecanismo de pagamento por serviços ambientais, nos quais constam, por exemplo, o componente para as terras indígenas para a contagem de carbono, o REDD indígena.

Dentro dos etnozoneamentos e mapeamentos parte do Proacre, também se enquadraram a continuidade daqueles financiados pela Fundação Moore e TNC em sua fase inicial, quais sejam, as oito terras indígenas em região de fronteira totalizando 408.397 ha, mais TI Mamoadate e Cabeceira do Rio Acre. No mesmo período, o governo do estado realizou o etnomapeamento em seis em 2006 e sete em 2007, totalizando 861.328 ha na área de influência da BR 364 e BR 317 e tendo incluída nestes territórios TIs no rio Envira, Iboiaçu, Muru e Juruá.

Pelo lado peruano, as ações em Reservas Comuns, em Parques Nacionais e em Reservas Territoriais pelo lado de agências e órgãos governamentais tem se intensificado este ano com a postura diferenciada do que é o governo Humala em relação ao governo Garcia. Por meio do projeto Paisajes Indígenas, o SERNANP e o INDEPA também estão colaborando, haja vista que há interesse da USAID de combater o tráfico de drogas e o plantio ilegal de coca, que tem grande penetração na região de Tingo Maria, Cacataibo e partes de Calleria, na fiscalização e provisão de informações e suporte institucional às organizações. Ademais, parece avançar as negociações para o reconhecimento além das comunidades, mas também pelo Estado, do Agente de Proteção Indígena. Sendo comunitários escolhidos pelas organizações representativas regionais, os agentes trabalham para a proteção e fiscalização das reservas territoriais no monitoramento à situação dos índios em isolamento voluntário.

Para os estudos da Reserva Territorial Kapanahua, proposta no Peru, há a cooperação da Universidade de Poznán, na Polônia, que vem colaborando com a produção de estudos de localização e de diagnóstico para a área a fim de fundamentar a proposta. Os estudantes e os professores trabalham com o suporte e endossamento da AIDSESEP e com o apoio da ORAU em Pucallpa, bem como das associações na área do rio Calleria.



## **B. Tema Sócio-Econômico**

### ***B.1 Desenvolvimento Social e Humano***

A região que compreende a A3, se avaliada separadamente no estado e departamento que a compõem, tem baixo índice de desenvolvimento humano quando considerado os estudos oficiais que, normalmente, trabalham com indicadores internacionais como o IDH. Embora seja um índice amplo, que busque contemplar aqueles que são os itens principais para o ser humano ter acesso ao bem estar, o IDH não contempla aquilo que pode ser considerado bem viver para uma comunidade indígena, por exemplo. Obviamente, isto não significa que não haja problemas sócio-econômicos com as comunidades, que muitas vezes vão se relacionar a impactos socio-ambientais relacionadas à aproximação de empreendimentos de infra-estrutura nas comunidades.

Uma tendência que se observa tanto nos departamentos de Acre e Ucayali como no estado do Acre, no Brasil, é o avanço da distribuição de benefícios sociais e de programas de transferência de renda nas comunidades indígenas.

No Peru, há programas como o Vaso de Leche, destinado a distribuição de leite em comunidades com problemas de alimentação, no qual toda o processo de distribuição se concentra nas mulheres da comunidade, que serão também responsáveis pelo monitoramento do processo. Ainda há poucos estudos sobre os impactos do projeto, o que dificulta qualquer atestado e avaliação sobre o programa neste estudo. No entanto, cabe atentar para a dinâmica de gênero no processo e para o fator soberania alimentar. Tendência esta também observada em programas de assistência social no lado brasileiro.

No Brasil, programas como o bolsa família estão chegando cada vez mais às aldeias no Acre. De acordo com relatos de alguns indígenas, o programa é interessante, pois oferece uma garantia a dezenas de famílias que precisam do dinheiro para se manter. Entretanto, relatos também apontam dois pontos negativos no processo. Um se relaciona ao fato de que as famílias deixam seus cartões para recebimento da quantia mensal com pessoas na cidade para que as mesmas recebam por elas, o que gera roubos e estelionatos. No mesmo âmbito, muitas vezes famílias inteiras se deslocam para a cidade para o recebimento da quantia que é insuficiente para cobrir os custos de transporte e acomodação de toda a família. Outro fator também citado por alguns indígenas é que o benefício faz com que os hábitos na aldeia se modifiquem no sentido de que as pessoas deixam de perceber a riqueza de seus roçados e de trabalhar sua terra, já que utilizam o benefício para adquirir bens de consumo e alimentação nos centros de abastecimento mais próximos. Ainda no Acre, com a expectativa de que o bolsa verde atinja todas as famílias indígenas no Estado reconhecendo seus serviços prestados pela preservação ambiental, não se sabe ao certo os impactos que isto geraria na organização socioprodutiva das aldeias e, conseqüentemente, em sua soberania alimentar e territorial. Fato que certamente deve ser observado desde então e nos próximos anos e que, provavelmente, irá alterar a dinâmica entre comunidades, migratórias e da própria ocupação do espaço na A3.

Dessa maneira, seguem algumas informações sobre desenvolvimento humano nos municípios no estado do Acre:

**Índice de Desenvolvimento Humano detalhado Estado do Acre**

Município <sup>32</sup>	IDH			Dimensões do IDH 2000		
	1991	2000	Var %	IDH-R	IDH-L	IDH-E
Acre	0,624	0,697	11,70	0,640	0,694	0,757
Epitaciolândia	0,600	0,684	13,99	0,591	0,701	0,761
Assis Brasil	0,575	0,670	16,51	0,565	0,711	0,735
Xapuri	0,564	0,669	18,75	0,576	0,711	0,721
Brasiléia	0,551	0,669	21,48	0,588	0,693	0,727
Cruzeiro do Sul	0,605	0,668	10,47	0,598	0,685	0,721
Sena Madureira	0,545	0,652	19,65	0,554	0,723	0,678
Mâncio Lima	0,545	0,642	17,80	0,533	0,685	0,708
Tarauacá	0,493	0,604	22,45	0,528	0,682	0,601
Manoel Urbano	0,510	0,601	17,70	0,527	0,682	0,593
Rodrigues Alves	0,486	0,550	13,09	0,470	0,644	0,536
Feijó	0,496	0,541	8,93	0,468	0,682	0,472
Porto Walter	0,430	0,540	25,58	0,481	0,644	0,495
Marechal Thaumaturgo	0,402	0,533	32,70	0,431	0,685	0,483
Santa Rosa do Purus	0,452	0,525	15,99	0,409	0,637	0,528
Jordão	0,362	0,475	31,43	0,364	0,637	0,425

Para os departamentos de Madre de Dios e Ucayali foi mais comum encontrar dados relativos ao IDH sem detalhamento sob os sub-índices que os conforma. Da mesma maneira, nos dados sobre desenvolvimento humano e socioeconômico é comum ver a relação com as **Necessidades Básicas Insatisfeitas**, que é uma tentativa de aproximar os índices e aquilo que os mesmos contemplam da população pesquisada no sentido de via entrevistas e questionários saber como esta entende que necessidades como saneamento básico, provisão de água ou educação estão sendo fornecidas à nos lugares recenseados.

**Índice de Desenvolvimento Humano Simples Ucayali Províncias e Distritos**

Províncias e Distritos	IDH e Ranking Nacional Província e Distritos		Necessidades Básicas Insatisfeitas 2005
<b>Atalaya</b>	<b>0.4397</b>	<b>175</b>	<b>72.4%</b>
Yuruá	0.5264	919	84.6%
Raymondi	0.4294	1634	74%
Sepahua	0.5034	1114	60.1%
Tahuanía	0.4181	1684	76.5%
<b>Coronel Portillo</b>	<b>0.5739</b>	<b>54</b>	<b>29.7%</b>
Callería	0.5943	404	20.2%
Campo Verde	0.5481	753	74.4%
Iparía	0.4768	1324	96%
Masisea	0.4651	1420	78%
Nueva Requena	0.5635	632	77.6%
<b>Padre Abad</b>	<b>0.5561</b>	<b>72</b>	<b>67.3%</b>
Padre Abad	0.5627	639	58.4%

<b>Purus</b>	<b>0.5001</b>	<b>123</b>	<b>72.7%</b>
Purus	0.5001	123	72.7%

O Compêndio Estatístico de **Madre de Dios**, de onde foram retiradas as informações sobre desenvolvimento social para este estudo não apresentou, como apresentou a *Caracterização de Ucayali* e o *Informe populacional* sobre este departamento, o IDH do departamento e de suas províncias e distritos. Este compêndio se focou mais em colocar a posição em desenvolvimento social de acordo com necessidade básicas insatisfeitas e outros aspectos como pobreza extrema em relação a outros departamentos do país. Seguem algumas informações:

<b>Indicadores de Necessidades Básicas Insatisfeitas<sup>33</sup></b>	<b>2006 (%)</b>	<b>2007 (%)</b>	<b>2008 (%)</b>
População em moradia Inadequadas	27.3%	22.1	21.1
População em moradia com saneamento básico	14.9	19.1	20.4
População em moradia com condições de higiene	16.2	14.4	13.5
População em lugares em que crianças não vão à escola	1.9	0.7	1.8
População em lugares com alta dependência econômica	1.5	1.5	1.3

Pode-se notar que a percepção da população com relação à adequação de provisão de serviços às suas necessidades foi mudando ao longo dos três anos apresentados. Entretanto, não se sabe a qualidade da população recenseada no sentido de proveniência de províncias e distritos e se indígena ou não indígena, o que também seria importante. Não é, por exemplo, indicação dos índices de desenvolvimento humano e de necessidades básicas satisfeitas para comunidades indígenas. De maneira geral, o índice de pobreza em Madre de Dios é de 17,4%, com incidência de 3,9% de pobreza extrema, que aumentou 2.1% de 2007 a 2008, período em que a migração de outros departamentos estimulada pelas ofertas de emprego cresceram. Importante notar, neste sentido, que entre 2005 e 2007, Madre de Dios teve 100 projetos financiados pelo Fundo de Compensação para o Desenvolvimento Social (FONCONDES). Neste conjunto, estavam incluídos projetos para construção de centros de educação, postos de saúde, obras de saneamento básico e de criação de linhas de transmissão elétricas.

### **B.1.1. Educação**

No lado brasileiro da área focal 3, uma das principais mudanças que pode ser percebida com relação à educação na década de 2000, e que se estende até hoje em termos dos financiamentos e dos projetos possíveis para o tema, foi a incorporação como política pública, em 1999, do programa de formação pedagógica dos professores indígenas iniciado e desenvolvido pela Comissão Pro-Índio

do Acre (CPI-AC). Antes atendidos pelo setor rural da Secretaria de Educação do Estado, os indígenas passam neste momento a ser contemplados por uma política de educação específica em nível estadual. Como parte desta política, esteve a proposta de construção de um projeto pedagógico de formação dos professores indígenas começando por um Curso de Formação Diferenciada, Bilíngüe e Intercultural de Professores Indígenas, reunindo professores das 14 etnias habitantes no estado do Acre.

Em sendo um vetor da política de educação especial indígena do Ministério da Educação brasileiro, a formação dos professores indígenas hoje atualmente ocorre pela Universidade Federal do Estado do Acre (UFAC). Nos módulos dos cursos que em sua maior parte funcionam no campus Floresta, em Cruzeiro do Sul, os professores indígenas buscam desenvolver em seus temas de estudo trabalhos ligados às suas comunidades, explorando assuntos relativos à soberania alimentar, a integridade dos territórios, a formação de lideranças, o associativismo na comunidade, entre outras questões. Outros pontos incluídos nesta formação são a sistematização dos alfabetos nas línguas dos povos indígenas e a reflexão sobre o espaço onde as aulas e multiplicação de saberes em geral serão desenvolvidas. É importante mencionar que faz parte da política pública, como fazia parte das assessorias para formação de professores da CPI-AC dentro e fora das TIs, o acordo entre comunidades indígenas e governos sobre como todo o processo será desenvolvido, desde locais para realização de cursos até elaboração de materiais didáticos. O processo de diálogo entre comunidades indígenas e governo estadual se dá por meio da Assessoria Especial dos Povos Indígenas (AEPI), antes Secretaria Especial para os Povos Indígenas, e, desde 2007, ligada ao gabinete do governador do Estado do Acre.

Esta política de educação tem como objetivo a valorização da cultura indígena frente à desagregação de valores e a desmobilização da juventude que ocorre em algumas comunidades. Com relação a isso, a CPI-AC até hoje atua na assessoria ao programa de magistério indígena, além de no acompanhamento da própria formação universitária dos professores. Com um trabalho iniciado há 25 anos, quando ainda estava a cargo dos projetos de formação indígena no estado, a CPI-AC continua seguindo a linha do projeto “Uma Experiência de Autoria”, pela qual os índios colaboram na formação do currículo escolar, com a preferência para que a maior parte do processo educacional ocorra nas aldeias. O resultado desta linha de atuação incorporada como diretriz pela Gerência de Educação Indígena do Acre é que há aproximadamente 70 professores indígenas na universidade, com mais 50 tendo sido selecionados para o curso de Pedagogia Diferenciada oferecido pela Universidade Federal do Acre (UFAC).

Outra linha de atuação, embora intrinsecamente relacionada à primeira, é o trabalho de assessoria à Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) para seu fortalecimento em posicionamento político relativo a projetos pedagógicos parte da política pública de educação indígena a fim de formar uma correspondência entre os planejamentos e as necessidades e realidades de cada comunidade indígena. Dentro destas necessidades, cabe destacar a alfabetização bilíngüe, com fins de preservar a cultura local e garantir acesso equitativo a mecanismos de engajamento e articulação sociopolíticos por meio da interculturalidade. A OPIAC luta, neste sentido, para que a comunidade participe das decisões relativas a políticas educacionais para os indígenas que, na verdade, será a base toda e qualquer forma de articulação da comunidade no presente e no futuro.

Segundo censo escolar de 2009, o número de alunos na rede estadual e municipal que se reconheciam como indígenas era de **6.065** alunos. A Secretaria Estadual de Educação do Acre segue as diretrizes da Educação Especial Indígena do Ministério da Educação (MEC) por meio da Coordenação de Educação Escolar Indígena e, com isso, atende a todos os povos, inclusive aqueles que ainda estão em trâmite de reconhecimento pela FUNAI, quais sejam, Nawa, Apolima-Arara e

Kontanawa. Segundo dados do Programa de Valorização dos Povos Indígenas do Acre, por seu documento base publicado em junho de 2010, há 17 técnicos direcionados a trabalhar com a educação indígena, sendo que 12 destes são indígenas e oferecem o acompanhamento pedagógico em suas aldeias. Dados importantes relativos a este processo envolvem:

- . Nos cursos superiores de licenciatura, ingressaram pelo menos 98 indígenas entre 1999 e 2009, o quê confere margem para multiplicação e reprodução mediante formação de pessoal com conteúdo especializado, dentro da cultura indígena contemporânea e seus aspectos interculturais;**
- . Formação de 223 professores indígenas para o nível fundamental e médio;**
- . Criação de turmas de nível fundamental em 43 escolas indígenas;**
- . Criação de turmas de nível médio em quatro escolas em aldeias distintas (Nukini, Kaxinawa, Poyanawa e Katukina).<sup>34</sup>**

Ademais da formação escolar direta nas escolas, outra figura importante presente na ligação íntima entre educação, gestão territorial e ambiental e vigilância dos territórios indígenas é o Agente Agroflorestal Indígena (AAFI). Com o currículo elaborado de acordo com a realidade territorial, cultural e sociopolítica das comunidades indígenas, e seus principais desafios, o AAFI é o funcionário da floresta que vai trabalhar para sua preservação e gestão de acordo com os conhecimentos indígenas. Alia-se e se constrói junto ao conhecimento indígena práticas de agroecologia e agrofloresta em sistemas demonstrativos denominados Sistemas Agroflorestais (SAFs). A gestão territorial sustentável em TIs, bem como o aumento de possibilidade de realização de atividades para garantir a soberania alimentar das comunidades, tem sido certamente potencializada pelos AAFIs, cujo primeiro grupo foi formado em 1996 no Centro de Formação dos Povos da Floresta da CPI-AC e, até 1999, contou com o apoio do Projeto Demonstrativo Ambiental (PDA), da cooperação alemã (na época, GTZ) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA). O projeto teve continuidade entre 2000 e 2003 e formou 18 AAFIs de 11 TIs distintas no estado do Acre. Atualmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) contribui com o financiamento para a formação dos AAFIs em associação com o governo do Acre via Núcleo de Extensão Indígena, da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF). Esta secretaria foi criada em 2001, substituindo a Secretaria de Extensão e Assistência Técnica Rural (SEATER).

Atualmente, os AAFIs ainda esperam reconhecimento pelo governo do Acre, inclusive em termos do pagamento pelos serviços ambientais prestados nas Terras Indígenas, há 126 profissionais formados de 12 etnias diferentes e 21 TIs distintas (Povos Indígenas no Acre 2010). Estes agentes

“têm trabalhado na concepção de estratégias de uso e de manejo dos recursos do meio ambiente e gestão de seus territórios; desenvolvem políticas voltadas à fiscalização das terras indígenas e à educação ambiental dos moradores do entorno de suas terras. São hoje representados pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), que luta pelo reconhecimento da profissão e por mecanismos permanentes para a remuneração dos serviços ambientais prestados pelos agentes em suas terras(...)” (Povos Indígenas do Acre 2010: 15).

Nos cursos e atividades dos AAFIS relacionadas à construção e manutenção da soberania alimentar e do equilíbrio ecossistêmico nas terras indígenas, outro ponto que se percebe relativo à sua função dentro da comunidade foi a vigilância e proteção dos territórios. A educação, neste sentido, está intrinsecamente ligada à integridade do território e ao entendimento deste como um processo integrado de construção e reconstrução da identidade comunitária. O AAFI não só entende o território profundamente em todas as suas escalas como cuida para passar informações sobre todas as questões em seu entorno ou em seu interior que possa colocar em risco sua integridade. Por esta visão, sua formação é sempre um processo contínuo e acaba por se associar às demais atividades de formação na comunidade. Quando for explorado em maior extensão e profundidade o caso dos índios isolados, poderá se perceber que os AAFI no Acre têm posição fundamental e de liderança na divulgação de informação qualificada sobre estes indígenas não só em sua própria comunidade, como nas comunidades não-indígenas do entorno. A educação e sensibilização aliada à integridade territorial que, neste caso, envolve o entendimento da dinâmica que desloca os isolados são co-relações patentes e evidentes deste processo contínuo. Segundo dados do Acre em números:

<b>Número de Escolas Indígenas</b>	2006	2007	2008	2009
	139	147	163	163

No Peru, a educação indígena se desenvolve de forma um pouco distinta do que é no Brasil. Há previsão de escolas bilingues para as áreas indígenas, mas todo o monitoramento da educação é feito como se esta estivesse em área rural. Ou seja, da mesma forma que é feita para outros lugares distantes de centros urbanos com educação considerada diferenciada. A *Caracterização para o Governo Regional de Ucayali*, além das entrevistas realizadas em Pucallpa na sede do Organização Regional Aidesep(ORAU), apontam alguns dados interessantes para a educação bilingue em área de fronteira, que envolve no limite com o Brasil os distritos de Calleria, Masisea, Yuruá e Purus. É interessante comparar estes dados com aqueles referentes à demografia nestes distritos, já que os mesmos tem alta percentagem de população indígena.

<b>Ucayali: População Escolar em Zona de Fronteira Segundo Modalidade</b> <sup>35</sup>			
<b>Modalidade</b>	Ano		
	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
<b>Total</b>	<b>4663</b>	<b>4294</b>	<b>4385</b>
<b>1. Escolarizado</b>	<b>4475</b>	<b>4128</b>	<b>4204</b>
Educação Inicial	377	280	284
<b>2. Educação Secundária</b>	<b>735</b>	<b>788</b>	<b>738</b>
Secundária Menores	663	723	691
Secundária Adultos	72	65	47
<b>3. Outras Modalidades</b>	<b>72</b>	<b>44</b>	<b>26</b>
Educação Ocupacional	72	44	26
<b>4. Não Escolarizado</b>	<b>188</b>	<b>166</b>	<b>181</b>

Programa de Educação Inicial	188	166	181
------------------------------	-----	-----	-----

<b>Ucayali: Indicadores de Educação Total em Zona de Fronteira - 2005<sup>36</sup></b>					
<b>Indicadores Distritos</b>	<b>Total</b>	<b>Calleria</b>	<b>Masisea</b>	<b>Yurua</b>	<b>Purus</b>
População Escolar	<b>4.385</b>	1279	792	677	1.637
Instituições Educativas	<b>142</b>	46	35	15	46
Corpo Docente	<b>277</b>	70	46	37	124
Contratado	<b>201</b>	50	32	30	89

Além destes dados com relação aos distritos de fronteira, há alguns dados interessantes no tocante à educação bilingue. No nível universitário, por exemplo, a formação de professores e de outros profissionais está sob a responsabilidade da Universidade Nacional Intercultural de la Ania e do Instituto Pedagógico Bilingue, em Yarinacocha.

Há 379 instituições bilingues no departamento. Os Shipibos representam o grupo com mais unidades, que são 170. Em seguida, estão os Ashaninka com 126 instituições e os Kaxinawá com 22. Na área focal, os Ashéninka são os que tem menos instituições, que são 11. Um pouco já fora da A3, mas relevante para entendimento da dinâmica estão os Piro com 16 locais e os Cashibo Cacataibo com 12.

A maior parte das instituições é de nível primário e representa 250 dos espaços físicos, o que é 64%. Na educação secundária, há 71 espaços educacionais. Para educação superior, há dois espaços coordenados pelos indígenas Shipibo.

Em Madre de Dios, os dados se referem mais aos alunos matriculados de acordo com a modalidade de escolaridade.

<b>Madre de Dios: Alunos Matriculados Segundo Modalidade e Província</b>									
<b>Modalidade</b>	<b>Províncias</b>								
	<b>Ano</b>								
	<b>Tambopata</b>			<b>Tahuamanu</b>			<b>Manu</b>		
	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>1. Escolarizado</b>	<b>21638</b>	<b>29520</b>	<b>37514</b>	<b>2695</b>	<b>2734</b>	<b>2690</b>	<b>3914</b>	<b>4002</b>	<b>4239</b>
Educação Inicial	800	3596	5123	281	347	339	543	511	656
<b>2. Educação Secundária</b>	<b>8.161</b>	<b>9579</b>	<b>11970</b>	<b>1048</b>	<b>964</b>	<b>950</b>	<b>1029</b>	<b>1077</b>	<b>1155</b>
Secundária Menores	7.614	9375	11637	1006	881	916	1006	1040	1135
Secundária Adultos	547	204	333	42	83	34	23	37	20
<b>3. Outras Modalidades</b>	<b>514</b>	<b>874</b>	<b>659</b>	-	-	-	-	-	-
Educação Ocupacional	446	829	620	-	-	-	-	-	-

4. Não Escolarizado	636	882	917	66	54	57	59	59	59
Programa de Educação Inicial	636	738	838	66	54	57	59	59	59
<b>Total</b>	<b>22274</b>	<b>30402</b>	<b>38431</b>	<b>2761</b>	<b>2788</b>	<b>2747</b>	<b>3973</b>	<b>4061</b>	<b>4298</b>

De acordo com as entrevistas realizadas em outubro de 2011 em Puerto Maldonado, a educação bilingue se dá mais no âmbito das comunidades indígenas que, nem sempre são recenseadas pelos órgãos do governo. Um destes órgãos é o Instituto de Estatística do Ministério da Educação, que coletou os dados referentes a tabela acima, organizando-os em 2009.

### **B.1.2. Saúde**

No Acre, a saúde indígena passou por algumas mudanças desde 2010, quando a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) deixou de ter a responsabilidade sobre a saúde indígena. Sendo uma decisão de caráter nacional, já que usualmente é a federação que tem jurisdição sobre questões indígenas. Neste momento, foi criada por decreto governamental a Secretaria de Saúde e Atendimento ao Indígena (SESAI), discutida no Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI).

Dessa forma, as Casas de Atendimento ao Índio presentes em cidades de estados com grande população indígena, deixaram de ficar sob a administração da FUNASA e os estados da federação assumiram algumas das responsabilidades. Os indígenas atualmente estão insatisfeitos com a atenção dada aos agentes de saúde indígena e a seu papel na comunidade, que era ainda mais forte quando em vigor o projeto “Farmácias Vivas” dos Ministérios da Saúde e da Cultura. Atualmente, o projeto foi desativado, embora algumas lideranças jovens venham tentando reativá-lo.

A questão de saúde é um dos pontos mais preocupantes no que se relaciona aos índios isolados no Peru atualmente. Quando a FENAMAD pede a Zona de Trânsito Restrito no setor Yanayacu no Parque Nacional do Manu, uma das maiores preocupações é ameaça à saúde dos povos em isolamento devido ao contato com turistas e outras pessoas das comunidades do entorno. Com relação às últimas, a ligação com campanhas de educação ambiental e sensibilização para o tema dos isolados, principalmente no que se refere ao entendimento ecossistêmico da saúde é fundamental. Dessa maneira, para evitar a contaminação dos isolados por doenças infecciosas para as quais estas população não tem a imunização adequada, a organização está coordenando com as autoridades de saúde um mecanismo de alerta compartilhado para as comunidades locais frente a possibilidade de contaminação por epidemias ocorrendo no local. Incluído nisto estaria uma campanha e vacinação das populações que circulam nos arredores do parque para doenças como gripe (influenza). Aliada a estas práticas estariam o monitoramento e a vigilância pelos *guardaparques* do Parque Nacional, que se sugere pudessem ser treinados por pessoas da organização.

No Brasil, teme-se pela saúde das populações em contato inicial da mesma forma. Na verdade, problemas com relação a epidemias preocupam não só com relação aos isolados, que certamente são mais vulneráveis, mas também para os grupos contatados. Doenças como a malária tem incidência muito baixa na área focal 3. Contudo, detecta-se no Alto Juruá, o aumento de incidência de tuberculose e doenças respiratórias, que se dão principalmente devido ao contato com outras populações transitórias dadas as oportunidades relacionadas às concessões florestais e de mineração. Em cidades próximas a Puerto Maldonado, preocupa a contaminação dos alimentos por causa do alto teor de metais pesados. Pesa a isso também, na área em sua totalidade, os surtos sazonais de hepatite, relacionados à contaminação de águas por falta de saneamento aliada à variação dos níveis dos rios.



No tocante a números, no Acre, dos 659 estabelecimentos de saúde, apenas 07 se destinam à atenção indígena, as chamadas Unidades de Atenção Indígena. Estas unidades se localizam nos municípios com maior população indígena ou com TIs indígenas nas proximidades, como é o caso de Cruzeiro do Sul. Outros municípios contando com as unidades são Jordão, onde há maioria indígena no município, Feijó, Marechal Thaumaturgo, Assis Brasil, Tarauacá e Santa Rosa do Purus. Embora, haja estas unidades, há também os agentes de saúde indígena que trabalham muitas vezes junto aos Médicos de Família da região, parte do Programa de Saúde da Família, que possui um componente indígena. Dessa maneira, é importante apontar a cobertura do Programa de Saúde da Família, nestes municípios com população indígena, incluídos na A3:

<b>Cobertura da População pelo PSF por município</b> <sup>37</sup>					
Município	2005	2006	2007	2008	2009
Assis Brasil	70,8	77,8	82,8	82,9	96,8
Cruzeiro do Sul	61,4	59,8	53,3	71,7	75,2
Feijó	25,2	26,7	34,4	45,1	46,8
Jordão	-	-	37,7	27,9	55,5
Marechal Thaumaturgo	105,3	131,1	150,2	107,6	99,5
Santa Rosa do Purus	-	43,7	103,5	97,1	103,3
Tarauacá	15,3	59,6	60,9	63,0	64,6

Em Madre de Dios, os dados do Ministério de Saúde peruano e do governo regional de Madre de Dios, não disponibilizam informações específicas sobre população indígena. Com relação à população indígena, as maiores preocupações giram em torno de doenças transmitidas em áreas de mineração, que podem ser considerados problemas de saúde ambiental, neste sentido. Entram neste grupo também aquelas doenças que advêm das conseqüências sociais da implantação de um campo de mineração, tal como as doenças venéreas e contaminação por HIV/AIDS de mulheres indígenas que acabam sendo traficadas para estas regiões ou mesmo aderindo à prostituição como meio de vida.

Como colocado no início desta seção, preocupa a ameaça à saúde dos índios isolados. Em áreas de expansão do turismo ecológico, como é o caso do Parque Nacional do Manu, onde há intenso de trânsito de isolados no Verão, os episódios de contato entre visitantes e os indígenas, com os visitantes jogando comida ou distribuindo roupas preocupam pela possibilidade de alastramento de epidemias entre as populações. A preocupação gira em torno, por exemplo, de uma epidemia de influenza, doença para as quais esta população não possui defesa.

De maneira geral, figuram entre as maiores *causa mortis* e doenças atingindo a população doenças renais, doenças do aparelho digestivo, infecções e traumas. As doenças renais e do aparelho digestivo (principalmente hepatite) podem se dever à contaminação da água por metais pesados usados na atividade mineira.

Com relação aos estabelecimentos e programas de saúde, de acordo com pesquisa em material relativo às atividades da FENAMAD, em sua sede em Porto Maldonado, a saúde indígena não possui um programa específico no departamento. No entanto, de acordo com Compromisso Histórico assinado com o Governo Regional de Madre de Dios, em maio de 2011, este último assumiu responsabilidade com relação à saúde dos indígenas e, em especial, dos índios em isolamento voluntário. Ao fazer isso, foram criadas mesas de trabalho nas quais a FENAMAD, por exemplo, terá participação no monitoramento de políticas públicas. Como não há atendimento em separado para os indígenas, cabe colocar ao menos a distribuição de estabelecimentos de saúde por província a fim de que com uma comparação com a população indígena por província possa se ter alguma idéia da possibilidade de acesso. É relevante pontuar que a quantidade de estabelecimentos não necessariamente reflete o acesso da população aos mesmos.

**Infra-Estrutura de Saúde por Número de Estabelecimentos e Província<sup>38</sup>**

Tipo e Ano	Tambopata	Manu	Tahuamanu
<b>2005</b>	67	25	19
Hospitais	1	-	1
Centros de Saúde	7	3	2
Postos Médicos	59	22	16
<b>2006</b>	83	27	18
Hospitais	2	0	0
Centros de Saúde	7	3	2
Postos Médicos	74	24	16
<b>2007</b>	Sem Dados da Direção de Saúde de Madre de Dios	Sem Dados da Direção de Saúde de Madre de Dios	Sem Dados da Direção de Saúde de Madre de Dios
Hospitais			
Centros de Saúde			
Postos Médicos			
<b>2008</b>	67	27	18
Hospitais	2	0	1
Centros de Saúde	7	3	2
Postos Médicos	58	24	15

Em Ucayali, segundo informações da Caracterização do Governo Regional, a situação da saúde dos povos indígenas é gerenciada no atendimento pelo sistema público de saúde. Em alguns casos, há unidades de atenção básica administradas pela missonários católicos e, em outros, há unidades gerenciadas pela medicina tradicional comunitária. De acordo com entrevistas realizadas em Pucallpa, na sede da ORAU, a atenção em saúde para os indígenas teve queda em qualidade nos últimos anos. O motivo apontado é que houve redução no orçamento para a contratação de pessoal e a construção de estabelecimentos de saúde em área predominantemente de população indígena e mestiça.

As doenças com maior incidência na província são as doenças epidérmicas, hepatite B, doenças parasitárias, doenças sexualmente transmissíveis e infecções respiratórias agudas. Infecciones Respiratórias. Entra a população indígena preocupa o aumento do alcoolismo na

população jovem e adulta, que vem consumindo álcool de uso médico (96%). O produto vem sendo fornecido por madeireiros que, desta forma, podem dominar mais facilmente a população para trabalhar na retirada de madeira ilegal que avança em áreas de fronteira.

Os postos de saúde comunitários como é o caso das Unidades de Re-hidratação Oral (UROs comunitários) não tem sido abastecidos de materiais médicos. Isto acaba gerando assistencialismo entre as comunidades nativas por parte dos concessionários de exploração de madeira e mineração, diminuindo a confiança na capacidade de gerenciamento de saúde pelas próprias práticas tradicionais e comunitárias. Estas práticas de assistencialismo levam à perda do conhecimento tradicional sobre o manejo e uso de plantas medicinais, bem como a deterioração dos valores relativos à saúde ambiental. Seguem alguns dados sobre a saúde em Ucayali:

**Ucayali: Principais Indicadores de Saúde 2003-2005**

Indicadores	Ano		
	2003	2004	2005
<b>População Total</b>	468,785	464,399	402.445
<b>Recursos por 10 milhabitantes</b>			
Estabelecimentos	3.97	3.96	4.57
Leitos	8.21	11.82	13.74
Médicos	2.78	2.86	3.26
<b>Cobertura por Vacinação em menores de um ano</b>			
Antipoliomielítica	87.56	92.17	70.33
DPT (Tripla)	87.21	93.04	83.83
BCG (tuberculose)	89.52	100.34	84.9
Antisarampo	84.13	92.92	65.16
<b>Taxa bruta de mortalidade por mil habitantes</b>	Sem Informação	Sem Informação	2.55
<b>Taxa bruta de natalidade</b>	Sem informação	Sem Informação	13.19

### **Atividades Econômicas e Socioprodutivas**

Nesta última seção, o objetivo é passar rapidamente por aquelas que são consideradas as principais atividades econômicas e socioprodutivas da região, conferindo certo destaque para um diagnóstico rápido sobre petróleo. A idéia não é avaliar ou diagnosticar potenciais de cadeias produtivas ou de desenvolvimento sustentável, o que de maneira breve também está mais detalhado no Anexo B. A questão é mesmo apenas mapear algumas iniciativas já que o envolvimento em atividades socioprodutivas e o seu balanceamento com atividades econômicas consideradas mais clássicas e de alta rentabilidade com geração de renda rápida pode ser uma via ao desenvolvimento regional de base comunitária e mais socioambientalmente equilibrado.

O **Acre** é considerado o Estado do Brasil que menos desmata e que mais conserva sua floresta via uma política de desenvolvimento sustentável. Esta política faz com que o estado tenha um ativo florestal alto, que permite a recepção de fundos de bancos internacionais e de agências de cooperação e desenvolvimento. Esta tendência também se seguiu na aprovação pela Assembléia legislativa do Estado da primeira Lei de Pagamento por Serviços Ambientais. Desta forma, unindo a lei e a regulação e normatização que terá sobre as atividades sócio-produtivas na floresta com a *Matriz de Critérios e Indicadores para a Estratificação de Espaços Territoriais em Zonas* já elaborada pelo ZEE no mapeamento para a gestão territorial do Estado, espera-se oferecer escala a produção de artigos florestais madeiráveis e não madeiráveis a partir da inclusão social e da participação de populações da floresta no processo de construção das cadeias.

Dessa maneira, pelo mapeamento foram identificadas as zonas que já possuem alguma atividade, a fim de consolidar os sistemas de produção sustentáveis (Zona 1), e aquelas zonas que necessitam do uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental a partir da detecção de média e alta aptidão agroflorestal (Zona 2) (o que é o caso das TIs que já possuem Plano de Gestão Territorial ou de áreas extrativistas com histórico de escala na produção sustentável como os seringueiros e castanheiros). Ainda, começando mais do início da organização da produção sustentável e da cadeia sócio-produtiva estão áreas que ainda necessitam de ordenamento territorial e que não possuem treinamento para o desenvolvimento de técnicas agroflorestais (Zona 3). Neste âmbito, estão as terras indígenas que ainda precisam passar pelos etnomapeamentos para terem seus PGTI formulados.

Em termos de atividades econômicas que avançam na Zona 1, está a criação de gado. Sendo considerado um dos Estados no Brasil, que é o maior exportador de carne bovina, com carne de melhor qualidade, sem a utilização de hormônios, a pecuária avança no Estado. Hoje em dia, a maior parte da produção é de exportação. Para pequenos produtores e, mesmo, moradores da reserva que antes se dedicavam a uma produção mais baseada na agroecologia, a migração para pecuária tem sido atrativa, bem como para comunidades indígenas. A questão é quando não manejada com cultivos e a criação de outros animais, a soberania e segurança alimentar da comunidade, aliada ao fortalecimento da identidade ligada às atividades extrativas, podem ficar seriamente comprometidas.

A tentativa no Estado do Acre vem sendo a de trabalhar o manejo múltiplo de recursos naturais, no qual se inclui a exploração de madeira manejada. De forma oficial, há cursos no assunto elaborados pela Fundação de Tecnologia do Acre, que investe em manejo e que, atualmente, possui projeto em larga escala com a ITTO (International Tropical Timber Organization).

Com relação às comunidades indígenas, pelo novo projeto de fortalecimento das atividades socioprodutivas pelo Plano Plurianual, há o planejamento de criação de cadeias em TIs a partir do trabalho dos AAFIs. O projeto ainda está em andamento, mas presume-se a liberação de pelo menos cinco milhões para o projeto pelo Fundo Amazônia e pelo Proacre. Ademais, há o projeto de incluir o etnoturismo nas aldeias a partir do mapeamento deste potencial, inclusive já detectado em uma das TIs da área focal, a Kampa do Rio Amônia.

Em **Ucayali**, o centro econômico está nos arredores da cidade de Pucallpa, que é a cidade que tem a maior quantidade de serviços e articula os fluxos comerciais regionais e intrarregionais, entre as áreas rurais e cidades como Aguaytia e Atalaya, e extrarregionais, como Lima e Iquitos e, desde aí, com o exterior. Como colocado em itens anteriores neste estudo Ucayali, passou por um processo de caracterização para seu ordenamento territorial, que entre os objetivos pretende trazer aceleração econômica com o departamento, observando seu potencial socioambiental, supostamente. Desta maneira, como há os sub-espacos descritos na seção território e divisões

geopolíticas, dentro dos mesmos também foi pensada a idéia de corredores econômicos, para potencializar os recursos e as atividades de cada área, avançando na perspectivas de conexão entre as mesmas e de desenvolvimento regional. Estes corredores econômicos são: Pucallpa-Aguaytia, Bacia do Ucayali (Norte de Pucallpa) e Bacia do Ucayali sub-unidade Atalaya (Sul-Pucallpa).

O corredor **Pucallpa-Aguaytía**, como dito, é um espaço econômico de articulação, donde pela rodovia Federico Basadre escoam produtos já beneficiados a outros mercados peruanos e internacionais. Esta região é a que concentra a maior parte das atividades produtivas no departamento, tendo sido desenvolvida de forma transversal de maneira a articular as atividades e as regiões.

O corredor da Bacia do Ucayali (Norte-Pucallpa), que vai unir Pucallpa ao norte do departamento e ao departamento de Loreto, é considerado a principal via para a articulação com a zona de exploração de petróleo deste último departamento. Inclusive, tem-se o objetivo deste corredor ser área de circulação com os lotes petrolíferos em Ucayali, criando uma zona de produção, abastecimento e exportação de petróleo. A área é também a principal rota de saída de exportação de madeira do departamento.

O corredor da Bacia de Ucayali (Sul-Pucallpa) se articula via o rio Ucayali e exerce a função de principal provedor de matérias primas a indústria florestal regional, que se resume basicamente ao beneficiamento de madeira bruta ou roliça. Os recursos madeiráveis seguirão por este corredor até Pucallpa, onde serão negociados. Uma das principais cidades deste corredor é Atalaya. Nesta cidade, que é caracterizado como uma sub-unidade do corredor Sul-Pucallpa, concentra-se as atividades primárias da região como criação de gado tradicional, agricultura de subsistência e extrativismo florestal. O setor de serviços é periférico em geração de renda e empregabilidade nesta região. O corredor vai prover os produtos finais e manufaturadas a populações rurais, indígenas e ribeirinhas concentradas no eixo fluvial dos distritos de Iparia, Bolognesi e Sepahua. O potencial florestal é alto na área, embora não haja o desenvolvimento de cadeias socioprodutivas e, conseqüentemente, o envolvimento da população com seus planos de vida no processo econômico. Ainda, esta área se caracteriza como sendo de novos territórios para a concessão de lotes florestais e de petróleo, estando, vale lembrar, na área de fronteira com o Brasil, onde há Terras Indígenas.

A área tem hoje o projeto Camisea, que busca equilibrar os impactos socioambientais do campo de gás de Camisea (Cuzco e Ucayali), incentivando o extrativismo florestal e atividades socioprodutivas de baixo impacto, além de alta inclusividade social.

Na linha de amenização de impactos e desenvolvimento de atividades socioprodutivas foi elaborado um Plano Estratégico participativo pela Comissão Regional de luta contra o corte e comércio ilegal de madeira em Ucayali, em 2006. O plano busca amenizar a saída de madeira serrada a Lima, em caminhões clandestinos que avançam pela Federico Basadre pela noite. A madeira é embarcada pelo Aguaytía, adentrando o Ucayali, sendo transportada a Pucallpa em embarcações. O transporte também pode é feito pelo Tamaya, onde muito corte ilegal de caoba. Segundo dados extraídos de denúncias de comunidades indígenas da cabeceira do Juruá em 2006, cerca de 300 mil pés cúbicos de madeira são transportados até Pucallpa.

Não se limitando às denúncias, algumas comunidades estão tentando ingressar no setor socioprodutivo, com a produção sustentável de produtos florestais não-madeireiros. No distrito de Yarinacocha, há um pólo de produção de artesanato Shipibo-Conibo, sendo a Comunidade São Francisco uma das pioneiras na prática que envolve etnoturismo com a comercialização de artigos produzidos pela comunidade a partir de produtos manejados. Em entrevistas realizadas no ORAU, líderes colocaram a dificuldade de afastar as comunidades dos planos de manejo elaborados por empresas que teoricamente as ajudam a titular suas terras, quando não há alternativas econômicas desenvolvidas para estas comunidades já tituladas e para as que ainda vão se titular.

Em **Madre de Dios**, a preocupação em criar alternativas econômicas no âmbito socioproductivo também se refere a afastar as comunidades indígenas do avanço da mineração ilegal, bem como de mobilizá-las socialmente contra as sobreposições de lotes de petróleo em reservas comunais e territoriais. Outro ponto preocupante são os impactos que serão causados pela construção da hidrelétrica de Inambari.

Com relação ao primeiro problema, na Reserva Comunal Amaraeri há um movimento grande da FENAMAD para criar mobilização entre a comunidade para a organização de esquemas produtivos a fim de que esta reserva seja modelo para outras onde a mobilização para que as comunidades indígenas do entorno manajem e gerenciem a terra é pouca, tal qual é o caso da Reserva Comunal do Alto Purus. Em conversa com representantes da organização, ficou claro que até mesmo para a fiscalização das terras e empenho na promoção dos direitos e proteção dos índios isolados, as comunidades indígenas só ficarão mais inclinadas a cooperarem quando da existência de alternativas econômicas organizadas que fortalecem a identidade da comunidade e suas relações com o território. Neste sentido, o reconhecimento e a titulação das comunidades é apenas o primeiro passo no processo.

Atualmente, as únicas iniciativas de organização comunitária apontada pelas lideranças é a de mulheres artesãs. Uma iniciativa parte de mulheres Yine, que produzem camisas e bolsas com padrões Yine e comercializam em pequena escala na cidade de Puerto Maldonado. Outra também está ligada a mulheres e se trata de pequena cooperativa de mulheres Shipibo que bordam telas com padrões de sua cultura e também comercializam em pequena escala. A última iniciativa é interessante, pois estas mulheres estão em área de mineração em Tambopata e a pequena produção serve como ocupação remunerada alternativa à prostituição ou aliciamento para o tráfico de mulheres.

### **B.2.1. O petróleo na dinâmica dos atores governamentais e empresariais**

Ainda que seja parte daqueles que podem ser considerados conflitos ou potenciais conflitos na área focal, cabe mencionar a dinâmica do petróleo na área focal junto com aos atores governamentais, já que são estes que autorizarão, planejarão e irão concessionar territórios para estas atividades. Relativamente nova no Sudoeste Amazônico, a exploração do recurso já ocorre há mais tempo no Peru, sendo as consequências de tal atividade já sentidas e podendo servir de aprendizado aos governos, comunidades e movimento social no Brasil.

Apesar de o ZEE do estado do Acre não prever ou recomendar a prospecção e exploração de petróleo, assim como não é prevista a atividade no planejamento estratégico de 2007-2010, desde 2008 a empresa High Resolution Petroleum seguiu dos levantamentos ao sul do Amazonas, para o Alto Juruá. Os estudos se estenderam pela área próxima à divisa do estado com o Amazonas, na linha Cunha Gomes, seguindo nas imediações do Igarapé Cachoeira, Rio Jaminawa, Rio Douro, Rio Moa, Rio Azul, Juruá-mirim, Rio Ipixuna e Igarapé República.

Em agosto de 2009, a Agência Nacional do Petróleo, reguladora do setor de hidrocarbonetos no Brasil, autorizou abertura de licitação para contratar empresa para prestação de serviços de aquisição e processamento de 40.716 registros (sismogramas) de sísmica na Bacia do Acre. Neste momento, foi contratada a empresa Georadar. Pela autorização a este estudo, foram estabelecidas oito linhas de estudo sísmico, englobando um total de 1.017 km, com buracos de 1,2 metros de largura, com até 4 metros de profundidade, podendo ser usados até 1,5 kg de explosivo à base de nitrato de amônia. Todo este material e preparações para o estudo levaram a 120 mil detonações com o uso de até 180 toneladas de explosivos. É importante notar que as linhas de estudo sísmico, pela concessão, podem guardar distância de até 10 km das zonas de amortecimento das Unidades de Conservação (UC) e das TIs, podendo atravessar outras comunidades e projetos de

assentamento. Contudo, os impactos em longo prazo são sentidos a distâncias maiores e com a mudança no Código Florestal, tudo indica que legalmente estas distâncias serão modificadas.

Houve previsão na concessão de produção de Estudos de Impacto Ambiental e consultas públicas. Entretanto, não se sabe do resultado dos estudos e as consultas até o momento não ocorreram. O fato é que a exploração seguirá e que a atividade pode até ser incluída no SISA, pelo qual consultas já começam a ser delineadas pela construção de indicadores para comunidades e TIs para medir os impactos e mitigá-los por mecanismos de REDD. Por parte do governo do Acre, a Secretaria de Meio Ambiente o Instituto de Meio Ambiente (IMC), com o apoio técnico da ONG Care Brasil, são os responsáveis pela elaboração do processo.

No Peru, a exploração de hidrocarbonetos já se sobrepondo a APPs ocorre há mais tempo, já desde fins do governo Fujimori. Uma das situações mais graves envolve a Zona Reservada da Serra do Divisor, com os lotes 135 e 138, ambos da Pacific Stratus em contrato vigente, sobrepondo-se à Reserva Territorial Isconahua para Povos Indígenas em Isolamento Voluntário (PIAV, sigla em espanhol). Como a zona ainda está em fase de categorização, não se sabe como irá evoluir o caso com a Pacific Stratus, que por direito adquirido pode continuar a explorar, pois a concessão ocorreu antes do início da categorização, em 2006.

Outro lote problemático é o 110, de concessão para a Petrobras, que até o momento está com suas atividades paralisadas na região. O lote abrange uma área com população de 5.778 habitantes, com 1.685 famílias distribuídas no distrito de Sepahua, na província do Yurua. Entre estas famílias, estão nove comunidade nativas (Jaminawa, Amawaka, Ashaninka e Yine), que totalizam 1.260 pessoas e 252 famílias. Pesa-se o fato de o lote também se sobrepor a Reserva Territorial Murunahua para índios isolados.

De maneira geral, há empresas peruanas, brasileiras, canadenses, norte-americanas, chinesas e inglesas atuando na exploração mineral, na qual se inclui o petróleo, em território peruano. Segundo a Oilwatch, organização de observação da atividade petrolífera e de seus impactos estruturantes e socioambientais, em 2007, as a área relativa à exploração era 48 milhões de ha, passando a 49 milhões de ha em 2008. Esta área representava, na época, 65 lotes petrolíferos, com 20 se sobrepondo a APPs, 58 a comunidades nativas e 17 a Reservas Territoriais (RT) já propostas antes das licitações.

### **C. Conclusão**

Chegar ao final das seções propostas para este estudo, leva a perceber que A3 é uma região com enormes potenciais para a gestão territorial em áreas contínuas na Amazônia. Contudo, a expansão das fronteiras econômicas e dos projetos de integração infra-estrutural deixam receio no que se refere aos povos que já se relacionam ou transitam nas fronteiras há muito tempo, como os índios isolados.

A indefinição da situação da Zona Reservada da Serra do Divisor, a proposta da Reserva territorial Kapanawa e as resistências ao pedido devido aos lotes de petróleo, o pedido de revisão para a Reserva Territorial Nahua Kugakapori todas deixam o alerta para a observação e acompanhamento para a situação dos isolados no lado peruano. Da mesma forma, a criação de TIs para os índios em isolamento voluntário no Brasil também deve se observar em como será sua fiscalização e monitoramento.

Para as comunidades indígenas já definidas, os desafios não são menores. A exploração do petróleo continua sendo um problema grande no Peru, bem como é o problema da mineração em geral. O avanço dos estudos para a concessão da exploração de petróleo no Brasil certamente

representará um desafio para as TIs Nawa e Nukini, bem como para os moradores e extrativistas do entorno do Parque Nacional da Serra do Divisor. Nesta mesma área, a iminente construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul também é um obstáculo para as Áreas Naturais Protegidas e para população indígena, extrativista e assentada.

A expectativa de mudança reside nas recentes mudanças de cargo no Peru, onde o diretor de Gestão Territorial do Ministério do Meio Ambiente é hoje Mariano Castro, ex-coordenador do Grupo de Monitoramento de Mega-Projetos pela iniciativa ICAA, e assessor do SPDA. No lado brasileiro, o fato de a FUNAI ter aprovado portaria para a remuneração de agentes indígenas para a fiscalização e vigilância dos territórios, bem como nova ênfase para o aproveitamento dos indígenas para a gestão territorial nas terras indígenas, também aparece como um ponto positivo na modificação de políticas públicas que incluem e acreditam no indígena como sujeito de proteção e desenvolvimento de suas terras, inclusive com ênfase nas fronteiras e no licenciamento ambiental.

Em termos de desenvolvimento humano e social, ainda preocupa os baixos índices de desenvolvimento humano, e os indicadores deficitários de educação e saúde na região. A emergência do pagamento por serviços ambientais e a entrada dos benefícios sociais em aldeias no Brasil e de programas de assistência no Brasil preocupam exatamente porque podem criar uma solução de curto prazo para aumento da renda e alívio de pobreza. Isto porque há a desvalorização da riqueza da terra, a descontinuidade em planos de gestão territorial e migração fazendo com que a desestruturação chegue à aldeia e, no futuro, as condições sejam ainda piores.

Da mesma forma, do lado peruano, o apoio advindo de empresas concessionárias na área florestal e de exploração de petróleo para sua titulação a fim de chegar a acordo sobre planos de manejo a comunidades indígenas geram a melhoria em desenvolvimento social, mas apenas pontual e momentaneamente. Na verdade, a melhoria destes índices e da qualidade de vida das populações perpassa a mudança das políticas, a inclusão das populações no processo de informação e consulta e, posteriormente, em seu monitoramento.

Em Madre de Dios, o avanço da mineração ilegal e a construção do trecho da estrada Puerto Esperanza-Iñapari, bem como a hidrelétrica de Inambari representam grandes desafios a população indígena também. As mudanças no governo e o compromisso histórico acabam sendo, por fim, um instrumento de pressão e advocacy para as populações indígenas que, também como desafio na região, tem o de pensar alternativas econômicas sustentáveis e inclusivas a sua população.

Finalmente, a imensidão de recursos naturais e o grande mosaico de áreas protegidas da A3 em perspectiva com programas de desenvolvimento sustentável, como o Proacre, deixam por pensar a participação indígena nestes processos de mapeamentos econômico e de socioprodutividade. Não só no Estado, mas na região como um todo já que o Acre pode ser considerado hoje um exportador de melhores práticas, atuando, assim, na modificação ou preservação da paisagem socioambiental regional. A avaliação dos impactos dos programas e o monitoramento em áreas naturais tanto no Acre e nos países vizinhos se faz necessária tanto quanto foi a mobilização pela demarcação de terras nos anos 70 e 80. Juntamente com as obras de infra-estrutura e o avanço do desenvolvimento econômico, são estes os desafios não só aos indicadores relacionados aos povos indígenas, mas à sobrevivência e sustentabilidade de seus modos de vida dentro da nova realidade da região da Amazônia Sul-Ocidental.



